

**Uma Resenha dos Estudos sobre Educação no Espírito
Santo**

Rudi Rocha (coord)

Juliana Estrella

Aline D'Ávila

José Carlos Daleprani

Marinilda Knaak Buss

Rosangela D'Ávila

Rio de Janeiro e Vitória, dezembro de 2006.

IJ01305
181/2012

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	METODOLOGIA	6
2.1	Etapas da pesquisa	6
2.2	Estrutura do Fichamento	8
2.3	Parâmetros ex-ante: critérios para o levantamento bibliográfico	9
2.4	Sistema classificatório e base de dados e de hipóteses	10
3	CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DE FREQUÊNCIAS	10
3.1	Descrição dos recortes analíticos	10
3.2	Descrição de frequências	12
3.3	Descrição de frequências no tempo	14
3.4	Comentários finais	16
4	ANÁLISE DE CONTEÚDO	17
4.1	Estudos sobre demanda e oferta	19
4.2	Documentos completos	20
4.2.1	<i>Anos 1980</i>	21
4.2.2	<i>Anos 1990, 2000 e documentos com abrangência histórica.</i>	28
4.2.3	<i>Comentários finais</i>	31
4.3	Estudos sobre a demanda	31
4.4	Estudos sobre a oferta	33
4.4.1	<i>Governança</i>	34
4.4.2	<i>Gestão escolar</i>	35
4.4.3	<i>Qualidade e quantidade da oferta de serviços</i>	36
4.4.4	<i>Métodos de ensino</i>	38
4.4.5	<i>Infra-estrutura física</i>	39
4.4.6	<i>Infra-estrutura de ensino</i>	39
4.4.7	<i>Políticas específicas para a oferta</i>	41
4.5	Comentários finais	43
5	CONCLUSÃO	44

6	BIBLIOGRAFIA	46
7	ANEXOS	53

Uma Resenha dos Estudos sobre Educação no Espírito Santo

Rudi Rocha (coord)

Juliana Estrella

Aline D'Ávila

José Carlos Daleprani

Marinilda Buss

Rosângela D'Ávila

1 Introdução

Em 1829 existiam no Espírito Santo 705 alunos atendidos por uma rede de ensino composta por 27 estabelecimentos escolares, dos quais 11 eram públicos e 16 particulares. Na Província, a carência de mestres era justificada pela *pobreza* de pessoal e pela insignificância dos ordenados. A grande extensão de território e a falta de vias de comunicação impediam a freqüência de muitos alunos pobres e o pouco ou nenhum apreço à instrução eram preconceitos arraigados na população. Ao nos reportarmos para o início do século XX, a situação continuava precária. O estado guardava posição desairosa com suas 125 escolas, que atendiam a uma população estimada em 250 mil habitantes. Não havia magistério, tampouco orientação pedagógica capaz de acrescer o rendimento cultural dos professores (Oliveira, 1975; apud. Gama *et alli*, 1985)¹.

Pelo que indicam os registros historiográficos, o desempenho educacional do Espírito Santo já serviu muitas vezes ao longo das últimas décadas, ou mesmo séculos, como motivação para estudos acadêmicos ou relatórios das instituições de governo. Podem ser encontrados no Arquivo Público Estadual, por exemplo, documentos como o relatório sobre a situação da instrução pública primária e secundária no Espírito Santo em 1888, apresentado pelo conselheiro Joaquim Maria D'Azambuja à presidência da província (D'Azambuja, 1888; AP11). Um relatório de 1909 do inspetor geral de ensino, Carlos Alberto Cardim, aborda as inovações realizadas pela inspetoria, a organização e o funcionamento da rede de ensino, questões relativas ao currículo, número de alunos e freqüência, horários de funcionamento das escolas e um inventário de equipamentos e materiais (Cardim, 1909; AP1).

O trabalho de Simões e Franco (2004), um catálogo de fontes relativas à história, à educação e à história da educação do Espírito Santo pertencentes ao acervo do Arquivo

¹ Para uma descrição histórica da educação no Espírito Santo, ver também Coutinho (1993).

Público Estadual, registrou 475 documentos sobre o tema produzidos entre 1840 e 2000. Este número é certamente indicativo de que existe um estoque de informações e conhecimento sobre educação no Espírito Santo – conhecimento este talvez não apenas importante desde uma perspectiva historiográfica, como também útil à compreensão da situação atual da educação no estado e sua evolução recente, seus problemas, limitações e particularidades.

O objetivo deste artigo consiste no levantamento e análise dos estudos sobre educação no Espírito Santo produzidos desde os anos 1980 até o presente momento. A principal motivação do trabalho não está apenas no mapeamento de documentos, mas na sistematização do conhecimento gerado sobre o tema. Pretende-se mapear *informação*, de maneira a identificar quais são os espaços cobertos pela literatura e, principalmente, quais são aqueles que ainda permanecem em aberto.

A estratégia para tanto contará basicamente com duas etapas. A primeira, responsável pelo levantamento e mapeamento de documentos, segue critérios de seleção de material pré-determinados pelo escopo do trabalho e cobre, dados os parâmetros, o maior número de fontes possível. Em síntese, estaremos preocupados em identificar e analisar estudos sobre a educação no Espírito Santo, em todas as suas dimensões, sua particularidades e que se refiram ao período 1980-2006; neste âmbito, não estaremos interessados em documentos baseados em hipóteses gerais aplicadas ao caso do Espírito Santo – a unidade de análise principal deve ser o próprio estado, suas instituições e políticas, sua população, seus alunos, escolas e professores, suas regiões e municípios. A segunda etapa consiste na classificação destes documentos e na quantificação, qualificação e sistematização da informação neles contida.

A estrutura do presente artigo conta com outras 4 seções além desta introdução. A metodologia desenvolvida e aplicada por esta pesquisa será detalhada na seção 2. A seção 3 consistirá em uma descrição quantitativa dos documentos selecionados, realizada a partir da classificação de seus respectivos objetos de estudo segundo recortes analíticos elementares – temporal, geográfico, metodológico, dentre outros. Na seção 4 nos deslocamos do mapeamento quantitativo dos documentos em direção ao levantamento qualitativo da informação contida neles. Neste caso, a descrição se organiza conforme o posicionamento do objeto de estudo dentro do sistema educacional: documentos que abordam predominantemente a dimensão da (i) oferta de educação, (ii) da demanda; e (iii) ambas as dimensões, quando não há predomínio claro da oferta ou da demanda. A quinta e última seção traz as considerações finais do trabalho.

2 Metodologia

Esta pesquisa sustenta-se em dois vetores não necessariamente ortogonais: por um lado, na seleção e classificação de documentos; por outro, na classificação e sistematização de informações. A primeira dificuldade, neste caso, surge justamente no fato de que um único documento pode abordar variados temas, ao mesmo tempo em que um mesmo tema pode ser abordado por muitos documentos. Uma segunda dificuldade surge quando existem muitas formas de se abordar cada tema – ou seja, quando a mesma pergunta pode ser respondida a partir de diferentes caminhos metodológicos. Por final, estas duas dificuldades complicam-se ainda mais no instante em que o tempo e o espaço são levados em consideração.

De maneira geral, qualquer resenha sobre um determinado tema enfrenta as dificuldades mencionadas acima. No entanto, quanto mais amplo for o tema, quanto maior o número de possíveis respostas a cada possível pergunta, quanto mais extensos forem o tempo e o espaço, mais complexa torna-se a tarefa de sistematizar sua respectiva literatura e sintetizar o conhecimento gerado por ela. Neste sentido, de modo a minimizar o risco de nos perdermos ao longo de uma resenha acerca de estudos sobre educação no Espírito Santo realizados nos últimos 25 anos, foram delimitados parâmetros *ex-ante* para o levantamento, a seleção e a classificação de documentos e do estoque de informações. O objetivo desta seção consiste em apresentar tais parâmetros e detalhar a metodologia utilizada no levantamento e na seleção dos documentos, enquanto que o sistema classificatório será descrito nas seções seguintes.

2.1 Etapas da pesquisa

Esta pesquisa foi composta basicamente por três etapas, além de uma fase precedente de desenvolvimento da metodologia. A primeira delas consistiu na delimitação do objeto de estudo e no posterior detalhamento dos critérios para o levantamento bibliográfico e no treinamento da equipe responsável por realizá-lo.

A segunda fase referiu-se ao levantamento bibliográfico propriamente dito. A busca do material foi realizada por meio de consultas a instituições acadêmicas e administrativas

dos governos estadual e municipal, a agências do governo federal e a entidades privadas e da sociedade civil².

Após o levantamento das instituições, as bibliotecas destas foram contatadas para a identificação dos estudos que faziam parte do acervo para consulta. Das bibliotecas e/ou instituições que apresentavam serviço de consulta do acervo pela *Internet*, as referências foram levantadas por esse meio, sem contato prévio, como no caso da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. Este levantamento inicial totalizou 424 títulos, dentre estudos, dissertações, monografias, anais, livros, relatórios, apostilas, artigos, boletins, leis e resoluções.

Dos 424 títulos encontrados no levantamento inicial, 208 foram selecionados para uma análise mais detalhada. Elaborou-se um curto resumo para cada um destes documentos, o que chamamos de pré-fichamentos. Ao longo deste processo outras 44 referências foram também identificadas. A partir da aplicação mais rigorosa dos critérios de corte sobre mais de 250 pré-fichamentos, uma segunda rodada de avaliação selecionou 112 documentos.

Tabela 1 - Documentos Selecionados e Fichados Segundo Tipo e Instituição Pesquisada

Tipo de Documento	Bibliotecas	Arquivo Público	Outras	Total
Dissertações	42	0	1	43
Anais	3	0	0	3
Estudos	9	3	6	18
Livros	1	3	2	6
Monografias	14	0	0	14
Relatórios	2	12	3	17
Apostilas	0	1	0	1
Boletins	0	7	0	7
Leis e resoluções	0	2	1	3
Total	71	28	13	112

Fonte: Elaboração própria.

Os documentos remanescentes foram fichados em maiores detalhes e serviram de referência para elaboração desta resenha. Mais da metade da bibliografia fichada pertencia ao acervo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Dentre os 112 selecionados para a

² Ver no anexo uma lista das instituições consultadas e o número de documentos selecionados por origem.

realização dos fichamentos completos, 3 se enquadravam na categoria “anais de congressos e seminários” e foram desmembrados em outros 33 fichamentos. Posteriormente 14 outras referências ainda foram identificadas – portanto, não foram pré-fichados, tendo sido imediatamente fichados pela equipe assim que identificados. Por final, um último documento foi classificado pelos autores. Em síntese, de um montante de 472 documentos, dentre descartados, pré-selecionados, pré-fichados, desmembrados e selecionados a *posteriori*, foram fichados um total de 158.

Tabela 2 - Documentos Identificados, Excluídos e Selecionados por Instituição Consultada

Origem do Material	Fichados	Excluídos	Total
BC e Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	107	180	287
Catálogo de Fontes do Arquivo Público	28	134	162
Outras Instituições	23	0	23
Total	158	314	472

Fonte: Elaboração própria.

A terceira etapa da pesquisa consistiu na classificação dos documentos fichados, montagem da base de dados, identificação de hipóteses e redação da resenha. Este último processo contou com a limpeza da base de dados e ainda com o descarte de documentos - devido a referências repetidas e eliminação de alguns documentos relativos a leis e regimentos, anexos estatísticos de referências já fichadas, dentre outros. Por final, restaram 97 documentos fichados e classificados.

2.2 Estrutura do Fichamento

A fim de padronizar a pesquisa e facilitar a classificação dos trabalhos, definiu-se uma estrutura para os fichamentos, composta pelos seguintes itens: (i) hipótese central do estudo, (ii) objetivos do trabalho, (iii) aspectos metodológicos e (iv) resultados encontrados. Os aspectos metodológicos foram subdivididos em: (iii.a) período de abrangência - período ao qual o trabalho se referia; (iii.b) a delimitação geográfica, compreendendo diferentes recortes pré-estabelecidos, como estado, região metropolitana, município, zona rural/urbana, periferia/centro; (iii.c) a descrição da organização do trabalho, em seções e conteúdo; (iii.d) a metodologia de análise, se

quantitativa, qualitativa, histórico-descritiva, comparativa etc; (iii.e) bases de dados, se utilizadas. Um exemplar da ficha de trabalho encontra-se no anexo.

2.3 Parâmetros ex-ante: critérios para o levantamento bibliográfico

Os critérios para o levantamento bibliográfico referem-se diretamente à delimitação do escopo desta resenha e de sua finalidade. Em primeiro lugar, havia o objetivo de consolidar o conhecimento existente sobre educação no Espírito Santo, o que seguia não apenas uma motivação historiográfica, como também uma preocupação com o levantamento atual, derivado da literatura existente, das condições do sistema educacional do estado. Por isso, o primeiro recorte é temporal: selecionaram-se documentos cujos objetos de análise referiam-se ao período entre 1980 e 2006.

O segundo critério referia-se ao tipo de informação requerida. Em síntese, estivemos preocupados em identificar e analisar estudos sobre a educação no Espírito Santo, em todas as suas dimensões e particularidades; neste âmbito, não nos interessamos em estudos baseados em hipóteses gerais sobre educação aplicadas ao caso do Espírito Santo – a unidade de análise principal deveria ser o próprio estado, suas instituições e políticas, sua população, seus alunos, escolas e professores, suas regiões e municípios. Ou seja, a delimitação do tema não incluía estudos próprios ao tema da educação, mas sobre educação no Espírito Santo. Isso significa que os documentos que tratavam da *micro-tecnologia* do ensino em geral, desde uma perspectiva teórica ou aplicada ao campo da educação, não foram incorporados à resenha – estudos sobre a relação entre o processo de ensino-aprendizagem e cognição são um bom exemplo deste caso. Por outro lado, temas particulares ao Espírito Santo, embora muito específicos tecnicamente foram selecionados – como é o caso de estudos sobre o ensino em comunidades pomeranas, indígenas ou quilombolas do estado.

A orientação para a busca de documentos que respeitassem os critérios mencionados acima foi praticamente censitária entre aqueles produzidos no Espírito Santo. Foi realizado também um esforço de consulta sobre o tema em agências do governo federal, entidades da sociedade civil, do Sistema S e pela *Internet*. Naturalmente existem informações sobre a educação no estado em bases de dados e relatórios disponibilizados pelo IBGE ou pelas agências do Ministério da Educação. No entanto, nos preocupamos em buscar apenas os documentos produzidos fora do Espírito Santo que fossem mais importantes e que se preocupassem primordialmente com a educação

no estado. Este foi o caso, por exemplo, do texto para discussão do IPEA, de 1994, específico sobre os gastos em educação no Espírito Santo (Xavier e Marques, 1994).

2.4 Sistema classificatório e base de dados e de hipóteses

A descrição do sistema classificatório e da base de dados e de hipóteses montada a partir dos fichamentos será realizada nas próximas seções. A seção 3 apresentará o sistema classificatório montado como base para o mapeamento quantitativo dos documentos encontrados, o que inclui as categorias relativas à abrangência temporal, ao recorte geográfico e metodológico, dentre outros. A seção 4 traz o sistema classificatório montado como base para a descrição qualitativa das hipóteses encontradas e consistirá fundamentalmente nos componentes do sistema educacional – demanda e oferta por educação.

3 Classificação e análise de freqüências

Nesta seção apresentamos e analisamos cinco recortes analíticos ordenadores do mapeamento quantitativo dos estudos. Embora este levantamento não nos permita chegar a nenhum tipo de conclusão acerca da qualidade do conhecimento gerado pelos estudos, nos servirá de guia à identificação dos espaços mais ou menos cobertos pela literatura e nos será útil na análise de conteúdo e de informações realizada pela seção 4. Na seção 3.1 descrevemos as categorias sob as quais os estudos foram classificados, enquanto que a seção 3.2 apresenta suas freqüências relativas e a seção 3.3 traz a evolução destas freqüências no tempo.

3.1 Descrição dos recortes analíticos

O primeiro recorte analítico adotado foi o de abrangência temporal. Os estudos fichados foram classificados em quatro categorias delimitadas de acordo com o tempo de análise ao qual eles se referiam. As categorias adotadas compreendem estudos sobre (i) os anos 1980 e anteriores³, (ii) anos 1990, (iii) anos 2000, e (iv) documentos histórico-descritivos, os quais se baseavam em uma abrangência temporal mais ampla, incluindo dois ou mais dos períodos anteriores.

³ Neste caso o estudo podia referir-se a anos anteriores, embora tivesse que incluir algum sub-período da década de 1980.

O recorte seguinte concerne à delimitação geográfica à qual os estudos se referiam; este recorte foi subdividido em quatro categorias: (i) o *Estado*, para estudos cuja unidade de análise era o estado do Espírito Santo como um todo; (ii) a *Grande Vitória*, quando eram tratados dois ou mais municípios da região metropolitana; (iii) *outro(s) município(s)*, se o estudo se referisse a apenas um município da Grande Vitória ou dois ou mais municípios do Espírito Santo, porém fora da Grande Vitória; (iv) e, por final, a categoria *territórios específicos*, para trabalhos que abordassem os enclaves territoriais ou localidades específicas, tais como assentamentos do MST, comunidades indígenas e quilombolas.

O terceiro recorte analítico categorizava os estudos pelo nível ou tipo de educação a que se referiam. Foram definidas 11 categorias, abrangendo desde a possibilidade de estudos em que não se aplicavam este dado recorte (como foi o caso daqueles que analisavam a governança ao nível da secretaria estadual de educação ou o nível de gastos em educação do estado), passando pela divisão convencional por níveis de ensino, até uma categoria específica onde eram classificados os estudos sobre a capacitação de profissionais de ensino. Em síntese, as categorias definidas foram: (i) não aplica, (ii) educação infantil, (iii) educação fundamental (primário e/ou ginásio), (iv) ensino médio (segundo grau), (v) educação profissionalizante, (vi) educação superior, (vii) educação especial (o que inclui tanto educação especial para excepcionais ou portadores de deficiência, como também o ensino para a população pomerana, quilombola ou assentados do MST), (viii) educação de jovens e adultos, (ix) educação infantil até educação média, (x) multinível (trabalhos que discutiam a educação em vários níveis de escolaridade, tais como infantil, fundamental, média, profissionalizante, superior) e, por final, (xi) capacitação de profissionais de ensino.

O quarto recorte referia-se à metodologia empregada pelos estudos, o que incluía as categorias de (i) estudos quantitativos, quando havia predominância da análise sobre indicadores e bases de dados; (ii) qualitativos, quando o cerne do trabalho era baseado em entrevistas e/ou questionários semi-estruturados ou não-estruturados; (iii)

qualitativo/quantitativo, quando as duas abordagens eram utilizadas igualmente; (iv) descritivo ou histórico-descritivo, quando o material era fundamentalmente baseado em análise documental e outras referências bibliográficas.

Por final, descrevemos o quinto recorte analítico, associado e complementar ao anterior, que classificava os documentos em *comparados*, *estudos de caso* e “*não-aplica*”. A categoria “*não-aplica*” era geralmente adotada quando os estudos eram classificados, no recorte anterior, como descritivos/histórico-descritivos. Os estudos eram classificados como comparados quando apresentavam como unidade de análise todas ou uma grande parcela das observações do universo estudado. Quanto aos estudos de casos, a unidade de análise era limitada a poucas observações dentro do universo estudado.

3.2 Descrição de frequências

Des estudos sobre educação no Espírito Santo selecionados por esta pesquisa, a grande maioria foi produzida e refere-se à década de 1980 e anos anteriores – 55 estudos ou cerca de 60% do número total de documentos. Encontraram-se apenas 12 documentos relativos aos anos 1990, e 18 estudos sobre o período 2000-2006. Os demais estudos são histórico-descritivos (12%).

Tabela 3 – Corte Temporal

Evolução no Tempo	N	(%)
Década de 80 e anterior	55	56.7
Década de 90	12	12.4
Década de 2000	18	18.5
Histórico	12	12.4
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à delimitação geográfica, cerca de 40% dos trabalhos abordavam questões ligadas ao estado, enquanto 15% analisavam a educação na Grande Vitória; o mesmo percentual de estudos abordava questões educacionais em outros municípios que não os pertencentes à região metropolitana. Por fim, 6 documentos (7%) trabalhavam temas

associados a localidades específicas, tais como assentamentos do MST e comunidades indígenas.

Com respeito ao nível ou tipo de educação como unidade de análise, a maior concentração de estudos ocorre sobre o ensino fundamental (28%), seguida pelos estudos sobre educação especial (voltados para as populações de pomeranos, quilombolas, alunos excepcionais e portadores de deficiência e de assentamentos do MST, com 16,5% dos casos), e estudos sobre todo o segmento da educação infantil até a educação média (também com 16,5%). Outra categoria bastante abordada foi a capacitação dos profissionais de ensino, com 13 estudos. Todavia, são muito poucos os estudos sobre educação profissionalizante, ensino superior e educação de jovens e adultos. Não foi encontrado nenhum estudo específico sobre ensino médio.

Tabela 4 – Nível Educacional

Nível de Educação	N	(%)
Não aplica	3	3.1
Educação Infantil	6	6.2
Educação Fundamental (primário e/ou ginásio)	27	27.8
Educação Média	0	0.0
Educação Profissionalizante	3	3.1
Educação Superior	1	1.0
Educação Especial	16	16.5
Educação de Jovens e Adultos	2	2.0
Educação Infantil até Média	16	16.5
Multinível	10	10.3
Capacitação para profissional de ensino	13	13.4
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria.

Em termos de abordagem metodológica, predominaram os estudos qualitativos (32%) e histórico-descritivos (31%). Os estudos puramente qualitativos representaram apenas 20% do total. Dentre os 97 estudos, 37 foram classificados como comparados, 33 são estudos de caso (34%) e os demais (28%) não se aplicaram a nenhuma das categorias anteriores.

Tabela 6 – Tipo de Metodologia

Metodologia I	N	(%)
Quantitativa	20	20.6
Qualitativa	31	31.9

Quali-Quanti	16	16.5
Histórico-Descritiva	30	30.9
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria.

3.3 Descrição de frequências no tempo

Nesta seção mostraremos a relação dos recortes metodológicos descritos nas seções anteriores com a sua evolução no tempo. Este exercício é relevante na medida em que mapeia os espaços vazios ou cobertos pela literatura em cada uma das décadas pesquisadas. Além disso, tentamos identificar tendências da literatura que além de quantificar a produção, também a qualifiquem. Neste caso, buscamos comparar a evolução da participação de estudos de caso ou de pesquisas a temas específicos à evolução de análises mais abrangentes sobre a educação no estado no total de documentos produzidos em cada período.

Em primeiro lugar, quanto ao critério da delimitação geográfica, dos 39 estudos relativos à educação no *estado* do Espírito Santo, 24 (61,5%) eram referentes à década de 1980 e anos anteriores. Encontraram-se apenas 4 deles referentes aos anos 1990 e 5 aos anos 2000; os restantes são histórico-descritivos. Este padrão de concentração de estudos analisando os anos 1980 também é encontrado entre os relacionados à Grande Vitória (12 de 14 estudos), Vitória (11 de 21 documentos) e à categoria de *outros municípios*, (com 50% dos trabalhos relativos à década de 1980). A mudança significativa ocorre na categoria *outros*, na qual se encontram os assentamentos e as comunidades indígenas e quilombolas, com a grande maioria dos estudos (5 de 7) referente aos anos 2000. A participação relativa dos estudos referentes ao estado cai de período a período – representou pouco menos de 50% dos estudos com foco nos anos 1980, chegando a quase 25% dos estudos sobre os anos 2000. Por outro lado, cresce muito a participação dos estudos sobre a educação em assentamentos do MST e outros territórios específicos.

Tabela 7 – Frequência da delimitação geográfica e evolução no tempo

Evolução no Tempo	Delimitação Geográfica					
	Estado	Grande Vitória	Vitória	Outros Municípios	Outros	Total
Década de 80 e anterior	24	12	11	7	0	54
(%)	61.5	85.7	52.4	50.0	0.0	56.8
Década de 90	4	0	3	3	2	12
(%)	10.2	0.0	14.3	21.43	28.6	12.6
Década de 2000	5	2	4	2	5	18
(%)	12.8	14.3	19.0	14.3	71.4	18.9
Histórico	6	0	3	2	0	11
(%)	15.4	0.0	14.3	14.3	0.0	11.6
Total	39	14	21	14	7	95
(%)	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria

Quando observamos a evolução no tempo dos documentos segundo a classificação por nível ou tipo de ensino, verifica-se que mais de 50% deles, em quase todas as categorias, exceto os estudos sobre *educação especial e multinível*, concentram-se sobre os anos 1980. Ainda assim, 44% dos documentos sobre *educação especial* referem-se à década de 1980. Quanto à distribuição das frequências por nível ou tipo de ensino em cada período, não existe um padrão muito claro de mudança na composição. No entanto, pode-se destacar que a participação dos estudos sobre o ensino fundamental cai ao longo do tempo, assim como dos estudos sobre capacitação dos profissionais de ensino. Por outro lado, aumenta a participação dos estudos sobre educação especial.

Tabela 8 – Frequência do Nível de Educação e Evolução Temporal

Evolução no Tempo	Nível de Educação										Total
	Não aplica	Infantil	Fundamental	Profissional	Superior	Especial	EJA	Infantil até Média	Multinível	Capacitação para profissional de ensino	
Década de 1980 e anterior	3	3	18	2	1	7	1	9	3	8	55
(%)	100.0	50.0	66.7	66.7	100.0	43.7	50.0	56.2	30.0	61.5	56.7
Década de 1990	0	1	2	0	0	2	0	3	2	2	12

(%)	0.00	16.7	7.4	0.0	0.0	12.5	0.0	18.7	20.0	15.4	12.4
Década de 2000	0	1	6	0	0	6	0	1	3	1	18
(%)	0.00	16.7	22.2	0.0	0.0	37.5	0.0	6.2	30.0	7.7	18.5
Histórico	0	1	1	1	0	1	1	3	2	2	12
(%)	0.00	16.7	3.7	33.3	0.0	6.2	50.0	18.7	20.0	15.4	12.4
Total	3	6	27	3	1	16	2	16	10	13	97
(%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria

Por final, relacionamos *metodologia* com a variável *tempo*. Dos 20 estudos quantitativos realizados, 14 referiam-se aos anos 1980, 2 à década de 1990 e 4 aos anos 2000. Dentre os estudos qualitativos, de um total de 31, temos 14 documentos referentes aos anos 1980, seguidos por 9 estudos relativos aos anos 2000. Para os estudos qualitativo-quantitativos, 14 de 16 referiam-se aos anos 1980. Os estudos histórico-descritivos relativos aos anos 1980 representaram quase 50% do total de documentos classificados sob esta categoria (13 de 30). Chama-se atenção para o fato de que as participações dos estudos quantitativos e qualitativo-quantitativos no total de cada período caem ao longo do tempo em detrimento ao aumento do número relativo de estudos qualitativos (que chegou a 50% dos estudos relativos aos anos 2000).

Tabela 9 – Frequência da Metodologia e Evolução no Tempo

Evolução no Tempo	Metodologia 1				
	Quantitativa	Qualitativa	Quali-Quantitativa	Histórico-Descritiva	Total
Década de 80 e anterior	14	14	14	13	55
(%)	70.0	45.1	87.5	43.3	56.7
Década de 90	2	6	0	4	12
(%)	10.0	19.3	0.0	13.3	12.4
Década de 2000	4	9	1	4	18
(%)	20.0	29.0	6.2	13.3	18.5
Histórico	0	2	1	9	12
(%)	0.0	6.4	6.2	30.0	12.4
Total	20	31	16	30	97
(%)	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria

3.4 Comentários finais

As frequências examinadas ao longo desta seção podem ser sintetizadas em duas etapas. Por um lado, quando verificamos para cada recorte analítico o número e a

participação dos estudos por categorias, encontramos que, sob os critérios de seleção desta resenha: (i) encontraram-se pouco menos de 100 estudos, apenas 30 deles referentes ao período 1990-2006; (ii) metade dos documentos encontrados tem como unidade de análise o estado ou a região da Grande Vitória; (iii) cerca de 60% dos documentos são qualitativos ou histórico-descritivos, 34% são estudos de caso; (iv) o ensino fundamental, a educação especial e a capacitação dos profissionais de ensino são os temas mais abordados.

Por outro lado, quando analisamos esta produção ao longo do tempo, observamos que (i) a participação dos estudos que utilizam o estado como unidade de análise cai, enquanto que aumenta a participação dos estudos sobre territórios específicos; (ii) cai a participação de estudos sobre ensino fundamental em detrimento ao crescimento dos estudos sobre educação especial; (iii) cai a participação dos estudos quantitativos e qualitativo-quantitativos e aumenta a participação dos qualitativos e dos estudos de caso.

Nada podemos concluir a respeito da qualidade dos estudos levantados, embora a evolução das freqüências ao longo do tempo aponte para o fato de que a produção recente de estudos sobre educação no Espírito Santo é relativamente menor que a produção encontrada nos anos 1980; além de menor a produção passa a ser cada vez mais específica a determinadas particularidades do estado e menos abrangente; cada vez mais delimitada a uma pequena amostra do universo de informações e menos censitária.

4 Análise de Conteúdo

A metodologia de classificação utilizada na seção anterior nos permitiu organizar um mapa cronológico dos estudos realizados sobre educação no Espírito Santo a partir de recortes analíticos elementares – geográfico, metodológico, por categoria de oferta educacional, por origem dos documentos, dentre outros. Como foi visto anteriormente, de fato é possível extrair deste mapa algumas informações importantes sobre o estoque de conhecimento existente acerca da situação educacional no estado, muito embora as freqüências descritas em tal mapa não nos permitam qualificar em profundidade as hipóteses estudadas.

Nesta seção nos deslocamos do mapeamento quantitativo de estudos em direção ao levantamento qualitativo da informação contida neles. A estratégia para tanto consistirá em mobilizar alguns recortes analíticos ainda não explorados neste artigo e utilizá-los

como vetores na apresentação das principais hipóteses encontradas na literatura. Neste sentido, apresentaremos cronologicamente os estudos e suas hipóteses de acordo com a predominância no conteúdo de aspectos envolvendo ora a *oferta* de serviços educacionais, ora a dimensão da *demand*a por educação, permitindo também a classificação de trabalhos denominados *completos*, ou seja, que destacam com igual peso as duas perspectivas.

Pelo lado da demanda, compreendem-se os estudos envolvendo o ambiente sócio-cultural ou as condições sócio-econômicas da comunidade, dos alunos e suas famílias, assim como análises sobre o nível de analfabetismo e escolaridade no estado, o desempenho escolar dos estudantes, os indicadores de aprendizado, frequência, repetência, evasão, dentre outros. Neste caso a unidade de análise é delimitada sobre o aluno, seu entorno social e seu desempenho. Já pelo lado da oferta incluem-se os trabalhos que exploram a governança do sistema educacional ou a gestão ao nível das escolas, gasto público, aspectos quantitativos ou qualitativos dos serviços de educação ofertados (indicadores de vagas e matrícula, capacitação dos profissionais de ensino), infra-estrutura física, métodos de ensino e a descrição ou avaliação de políticas públicas específicas para a oferta⁴. Neste caso a unidade de análise é o ensino, a escola, os profissionais de ensino e a estrutura que os suporta.

Esta seção está organizada como se segue. Em primeiro lugar, verificamos a evolução temporal da frequência dos estudos segundo as categorias disjuntas de *oferta*, *demand*a ou de *documentos completos*. A partir deste mapa descrevemos, também em uma perspectiva cronológica, agora restrita a cada categoria, as principais hipóteses e resultados encontrados na literatura selecionada. Vale destacar, por final, que não seria possível mencionar todas as referências classificadas e incluídas na base de dados. Por um lado, devido à falta de organicidade da literatura e à dificuldade de estruturação do próprio texto. Por outro, devido à natureza de muitos dos documentos encontrados – regimentos institucionais e anexos estatísticos sem descrição analítica, por exemplo. Não obstante, a maior parte dos documentos fichados e classificados foi incorporada à apresentação. Para tanto, priorizamos as referências cujas hipóteses eram bem delineadas e que não apresentavam apologia às atividades de governo, tampouco conteúdo predominante ideológico.

⁴ Como é o caso do atendimento ao menor infrator ou a grupos minoritários, educação comunitária, ensino rural, ensino técnico e profissionalizante, dentre outros. Os estudos classificados como políticas públicas específicas para a oferta trabalham, em geral, transversalmente às demais dimensões da oferta (como método de ensino, infra-estrutura física, capacitação dos professores e outros).

4.1 Estudos sobre demanda e oferta

De um total de 97 documentos selecionados para análise apenas 2 abordavam aspectos do sistema educacional no Espírito Santo relacionados predominantemente à demanda, enquanto 67 eram direcionados a temas de oferta (ou quase 70% do total) e 28 traziam as duas dimensões com igual importância.

Os 2 documentos sobre demanda delimitavam seus respectivos objetos de estudo a algum sub-período entre os anos 2000-2006. Quanto aos documentos de oferta, verificou-se a concentração de estudos sobre os anos 1980 (35 de 67 documentos), poucos estudos sobre os anos 1990 (apenas 8), 14 documentos relativos aos anos 2000 e 10 trabalhos histórico-descritivos. Por final, 71% dos trabalhos completos estudavam a década de 1980 ou anos anteriores, 14% referiam-se aos anos 1990 enquanto que apenas 2 incluíam-se no período entre 2000 e 2006; dois outros eram histórico-descritivos.

Tabela 10 - Frequência de estudos sobre oferta e demanda e evolução no tempo

Evolução no Tempo	Demanda	Oferta	Completo	Total
Década de 80 e anterior	0	35	20	55
(%)	0,0	52,2	71,4	56,7
Década de 90	0	8	4	12
(%)	0,0	11,9	14,3	12,4
Década de 2000	2	14	2	18
(%)	100,0	20,9	7,1	18,5
Histórico	0	10	2	12
(%)	0,0	14,9	7,1	12,4
Total	2	67	28	97
(%)	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria

Destas frequências podemos concluir em primeiro lugar que os temas relativos à oferta têm recebido relativamente mais atenção do que aqueles referentes à demanda - embora ainda nada se possa concluir com respeito à qualidade do conhecimento gerado pela literatura em cada uma destas dimensões. Em segundo lugar, mesmo sendo possível captar informações sobre a demanda a partir dos documentos denominados completos, parece haver também, por essa via, restrições na literatura, visto que um número muito limitado destes trabalhos tem sua análise referenciada nos anos 1990 ou 2000. Por final, a pequena produção de documentos completos nos últimos anos pode nos indicar que a

educação no Espírito Santo tem sido pouco analisada recentemente desde uma perspectiva sistêmica, hipótese esta que será discutida nas subseções seguintes.

4.2 Documentos completos

Os documentos completos são aqui interpretados como os que examinam algum aspecto do sistema educacional tanto a partir das condições de demanda como de oferta, sem que exista um predomínio claro de uma destas dimensões. Em princípio, esta classificação nada supõe acerca do grau de conexão analítica existente entre as duas dimensões em um mesmo trabalho ou, tampouco, sobre o escopo geográfico ou metodológico do estudo. Por exemplo, um diagnóstico estatístico sobre o ensino de 1º grau no estado pode trazer duas seções estanques sobre índices de frequência ou escolaridade, por um lado, e condições do material didático oferecido pelo sistema público de ensino, por outro. Também, um estudo qualitativo sobre a escolarização de crianças pomeranas pode discutir tanto o ambiente sócio-cultural da comunidade em que os alunos estão inseridos, como sua relação ao método de ensino ou à infraestrutura física oferecida pela rede estadual. Por final, classificamos também como documentos completos os estudos relacionados à historiografia da produção de pesquisas sobre educação no estado, trabalhos que são centrais neste artigo e que foram aqui devidamente incorporados.

Além de dificultada pela pouca organicidade em geral existente na literatura, a sistematização dos documentos classificados como completos tem seu alcance prático em termos de oferta de conhecimento para as políticas públicas limitado pela grande concentração de estudos referentes à primeira metade dos anos 1980 – sob a interpretação de que os dados e hipóteses apresentadas em estudos da década de 1980 encontram-se neste momento desatualizadas. Não obstante estas restrições, apresentam-se os principais documentos completos dos últimos 25 anos a partir de uma ordenação cronológica por décadas e priorizando os resultados do projeto *Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo*, coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, de meados dos anos 1980, e um dos mais completos estudos sobre educação já realizados no estado⁵. A relevância deste projeto para a pesquisa sobre educação no Espírito Santo e o grande número de publicações por ele gerado nos anos 1980 o tornam um vetor natural para a apresentação dos documentos completos nesta subseção.

⁵ Financiado pelo INEP e SEDU/ES, sob a coordenação geral da pesquisadora Elizabeth Gama (PPGE-UFES).

4.2.1 Anos 1980

Um dos primeiros módulos do *Diagnóstico Estadual* consistiu em um levantamento das pesquisas sobre educação de 1º e 2º graus no Espírito Santo realizadas entre os anos de 1977 e 1985 (Gama e Santos, 1986; PF196 V.3). Segundo os autores, foi a partir de 1977 que surgem trabalhos relativos à questão do ensino de 1º e 2º graus no estado, fato que demarca o início da abrangência temporal do levantamento. Encontraram-se 41 documentos através de buscas na biblioteca central da UFES e via contatos pessoais dos pesquisadores, sendo 34 trabalhos produzidos entre 1981-1985, a grande maioria composta por monografias, teses ou dissertações. Para os autores, o reduzido número de pesquisas realizadas sem o objetivo de obtenção do grau acadêmico retrata a pouca produção científica *autônoma* do estado⁶.

A origem do *Diagnóstico Estadual* está justamente em um dos trabalhos produzidos na primeira metade dos anos 1980 e atribuídos ao que Gama e Santos (1986) chamariam de produção científica *autônoma* do estado. O *Estudo das Disparidades Inter e Intra-Regionais da Educação no Espírito Santo* (Gama et alli, 1984; PF161) foi realizado pelo PPGE-UFES entre 1982-1984 e financiado pela FINEP e SEDU/ES. Os objetivos do trabalho consistiam em identificar as disparidades regionais do sistema educacional do estado e mapear seus possíveis determinantes através de correlações simples entre variáveis de desempenho educacional e variáveis demográficas, sócio-econômicas e de qualidade da oferta de educação da rede estadual.

Tendo como unidades de análise as regiões do estado e seus municípios, utilizando como base de dados o Censo de 1980 do IBGE e informações educacionais apuradas a partir da SEDU/ES, em síntese, o estudo apresentou como principais resultados: (i) uma correlação positiva entre nível de urbanização⁷ e rendimento educacional (particularmente com a taxa de aprovação, não existindo relação forte entre condições sócio-econômicas e a taxa de evasão) e; (ii) verificou-se que as taxas de aprovação total e rendimento do sistema aumentam com a maior supervisão dos professores, maior

⁶ Todos os estudos levantados pelos autores e que respeitavam os critérios previamente estabelecidos pelo escopo da presente pesquisa foram aqui incorporados.

⁷ Considerando o nível de urbanização do município como uma variável importante para caracterizar e sintetizar outros aspectos demográficos e econômicos dos municípios em 1980 - como a densidade populacional, a população economicamente ativa, nível de arrecadação da administração pública, dentre outros.

orientação educacional para os alunos, maior número de professores por aluno, melhor qualificação dos professores e com um número maior de estabelecimentos de ensino.

Os resultados de Gama *et alli* (1984) são trazidos ao primeiro volume do *Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo* (Gama *et alli*, 1985; PF170, V.1) e complementados com dados demográficos, sócio-econômicos, de alfabetização, freqüência e nível de escolaridade da população. Uma diferença entre os dois trabalhos consiste no fato de que enquanto o *Estudo das Disparidades* é mais abrangente, envolvendo todas as redes de ensino do 1º e 2º graus, o *Diagnóstico Estadual* concentrou-se no ensino de 1º grau da rede estadual. Dentre os principais resultados deste relatório, verificou-se que cerca de 30% da população do estado com mais de cinco anos de idade era analfabeta e aproximadamente metade da população de dez anos ou mais não havia concluído a 4ª série do 1º grau. A taxa de freqüência da população dos 7 aos 14 anos de idade era de 84% em 1980, sendo que os baixos índices de freqüência e escolaridade situavam-se predominantemente na zona rural⁸.

A taxa de evasão média do estado estava em 14%. Da 1ª à 4ª série este indicador para o estado era de 10%, enquanto que da 5ª à 8ª série, aumentava para 12%. A região norte apresentava a taxa mais elevada de evasão imediata na 1ª série (18%), enquanto que a região metropolitana, a mais baixa. Em 1980, cerca de 50% dos alunos fracassavam (evadiam ou não eram aprovados) na região metropolitana, enquanto que nas regiões norte e litoral mais de 80% dos alunos não alcançavam a passagem imediata da 1ª série para a 2ª série. Nas demais regiões a média de fracasso era de cerca de 70%.

A relação aluno-professor no estado era de aproximadamente 26:1, crescendo para 33:1 quando considerados apenas os professores qualificados para a função. As regiões que apresentavam os melhores índices de professores habilitados eram a metropolitana, sul e Rio Doce. Eram baixos os índices observados de qualificação dos administradores escolares em exercício. Apenas 354 dos 812 (43,60%) administradores escolares em exercício eram habilitados em curso de licenciatura curta ou plena - mais de 50% de estabelecimentos eram administrados por profissionais sem habilitação para a função. Os supervisores com licenciatura curta ou plena representavam 84% do total, nível similar encontrado para os orientadores educacionais. Por fim, quanto à infra-estrutura

⁸ Os autores chamam atenção para o fato de que os dados de população de 7 anos e de 7 a 14 anos provenientes do Censo 1980 são em algumas regiões inferiores às informações de matrícula aos 7 anos e dos 7 a 14 anos, cuja fonte era a SEDU. Em alguns casos existiam mais crianças nas escolas do que residentes na mesma faixa etária.

física da rede de ensino, em 1980 existiam cerca de 7 mil estabelecimentos de ensino no estado funcionando como escolas de 1º e 2º graus. Desse total, a rede estadual participava com 3 mil escolas unidocentes e 485 pluridocentes, aproximadamente 3,8 mil prédios e pouco menos de 10 mil salas de aula.

Os resultados apresentados acima são relevantes por representarem a partir do Censo de 1980 e das informações da SEDU/ES um primeiro mapa das principais condições educacionais do estado, tanto pelo lado da oferta como pelo da demanda por educação. Embora não seja possível detalhar todas as hipóteses levantadas por este ou pelos demais módulos do *Diagnóstico Estadual*, tendo em vista a necessidade de síntese requerida nesta resenha, descreveremos alguns dos objetivos, aspectos metodológicos e resultados encontrados pelos relatórios seguintes, de forma a registrar os estudos existentes e qualificá-los minimamente.

O segundo volume do projeto (Gama *et alli*, 1985a; PF 193, V.2) examinou a evolução dos índices de frequência, evasão, aprovação, vagas e matrícula no ensino de 1º grau ao longo dos anos 1970 e início dos 1980, tendo como unidade de análise as regiões do estado (em particular no período 1975-1982). É importante notar que neste relatório o estado do Espírito Santo é contextualizado em nível nacional, ao menos parcialmente no que se refere aos índices de frequência. Os resultados mostraram que em 1970 apenas 34% das crianças de 7 anos de idade freqüentavam a escola no Brasil, sendo o desempenho do Espírito Santo superior, de 44%. Após dez anos, os índices haviam se elevado no país para 71% e, no estado, para 79%. A evolução dos dados de matrícula e evasão foi detalhada por coorte e para cada região do estado, destacando-se sempre que possível os indicadores para cada série do ensino de 1º grau⁹.

A partir do mapa educacional levantado pelos estudos mencionados acima, dois outros módulos do projeto concentraram-se em conhecer *in loco* o ensino público de 1º grau na região de pior e de melhor desempenho escolar do Espírito Santo, de maneira a complementar a análise quantitativa previamente realizada com uma abordagem qualitativa capaz de descrever aquilo que é comum ou específico na educação das regiões do estado (Gama, 1985; NPF 04, V.5 e Gama *et alli*, 1986; NPF 05, V.6)¹⁰.

⁹ Para tanto, como fonte principal dos dados os autores utilizaram os relatórios de matrículas da SEDU/ES.

¹⁰ Selecionaram-se dois municípios, um deles situado na região Litoral, uma das regiões de pior desempenho educacional do estado, e outro na metropolitana, de melhor performance. No município de baixo desempenho a equipe de pesquisadores visitou 28 de um total de 51 escolas da rede estadual. Já no município de alto desempenho foram escolhidas duas escolas pluridocentes na área urbana e duas escolas de 1ª a 3ª série na zona rural. As 23 escolas unidocentes visitadas foram selecionadas aleatoriamente de

Por fim, destacam-se outros três estudos do *Diagnóstico Estadual* que não foram classificados como documentos completos nesta resenha, mas que serão mencionados nesta subseção de modo a completar a apresentação do projeto como um todo. Gama *et alli* (1985b; PF206, V.4) apresentam os dados referentes às condições educacionais dos municípios do estado aos professores das séries iniciais do 1º grau e captam suas percepções acerca dos determinantes dos problemas educacionais evidenciados. A conclusão da equipe aponta para o fato de que os professores consideram os fatores econômicos e sócio-psicológicos como capazes de interferir mais diretamente no sucesso do processo ensino-aprendizagem dos alunos que os fatores intra-escolares ou mesmo os fatores ligados à infra-estrutura de apoio do ensino¹¹. Os últimos módulos do projeto concentraram-se em um aspecto próprio à oferta de educação, a análise dos conteúdos curriculares de cursos de formação de professores em nível de 2º e 3º graus (Carvalho *et alli*, 1986; NPF6, V.7 e Carvalho *et alli*, 1987; PF 200 V.8)¹².

Em 1987, muitos dos resultados do *Diagnóstico Estadual* são naturalmente incorporados e complementados no estudo *Um (re) exame da educação no Espírito Santo: da escola dada ao saber negado* (Gama, Salviato e Jesus, 1987; PF165), documento que integraria um conjunto de trabalhos elaborados segundo a orientação do projeto *ES Século 21*¹³. Os objetivos do documento consistiam em analisar para o estado como um todo, e comparativamente em suas microrregiões, o desempenho educacional do Espírito Santo, dimensionando sua evolução ao longo do período 1970-1985 e identificando os principais desafios do sistema para o futuro. Para tanto, utilizaram-se os censos do IBGE (1970 e 1980), as PNADs realizadas entre o início dos anos 1970 e meados dos 1980, os relatórios de matrícula da SEDU/ES de 1976 a 1985 e relatórios estatísticos do MEC/Secretaria de Ensino de 1º e 2º Grau (MEC/SG/SEEC) de 1975 a 1985.

um total de 36 escolas. O relatório sobre o município de baixo desempenho relata não apenas que a situação da infra-estrutura de ensino encontrada era precária, como também que esta precariedade era generalizada na rede estadual. Já o relatório sobre o município com melhor desempenho não isenta a rede de ensino de precariedade, embora indique que esta precariedade não era generalizada. A situação encontrada foi de alguma heterogeneidade na infra-estrutura de ensino, assim como no desempenho da rede, o que pareceu limitar as conclusões finais do estudo pela dificuldade de se levantar fatos estilizados.

¹¹ Este documento foi classificado como sendo predominantemente de oferta, na categoria *infra-estrutura de ensino*, examinada mais à frente neste artigo.

¹² Estes documentos foram classificados como sendo predominantemente de oferta, na categoria *métodos de ensino*.

¹³ O Projeto *ES Século 21*, elaborado pela COPLAN, Coordenadoria de Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo, buscou a mobilização das entidades representativas dos sistemas político, econômico e da sociedade civil para a definição das estratégias de enfrentamento dos problemas estaduais e do desenvolvimento das potencialidades capixabas.

Dentre os principais resultados encontrados na parte de diagnóstico, o índice de frequência entre as crianças de até 7 anos de idade observou um aumento de 83% para 88% entre 1975 e 1985¹⁴. Este indicador para a faixa da população entre 7 e 14 anos de idade situou-se sempre acima dos 80% ao longo do mesmo período, índice superior à média brasileira em 1980, de 67%. A incidência da evasão não cedeu ao longo do período e os indicadores de aprovação evoluíram pouco. Combinando evasão e repetência, era considerável o número de crianças da 1ª série do 1º grau que sofriam o insucesso escolar logo no início de seu trajeto na escola. Segundo as autoras, o fenômeno vinha ocorrendo sistematicamente há mais de 15 anos no estado, resistindo a todas as medidas corretivas intra-escolares propostas pela administração.

Em 1970, 65% das pessoas de 15 anos ou mais eram alfabetizadas no estado, sendo de 53% este indicador no meio rural e de 78% nas zonas urbanas. Dez anos depois a taxa de alfabetização do estado crescera a 75%, atingindo 60% nas áreas rurais. A alfabetização no estado entre as pessoas de 7 a 14 anos de idade em 1970 era de 62% e em 1980 passava a 70%. Na zona urbana aumentou de 76% para 79% e na zona rural de 50% para 56%. Em 1985 a taxa de alfabetização do estado alcança 78%, chegando a 85% na zona urbana e 69% na zona rural. A microrregião de Alto São Mateus apresentava o pior desempenho, apesar de um crescimento de 33% para 48% na taxa de alfabetização entre as pessoas de 7 a 14 anos. A microrregião Vitória destacava-se das demais com taxas de alfabetizados iguais a 77% em 1970 e 80% em 1980.

Em termos do nível de escolaridade, a população do estado com 10 anos ou mais sem instrução ou que não chegou a completar o ensino fundamental (elementar) caiu de 72% para 50% entre 1970 e 1980. Na zona rural este indicador passa de 87% para 68%, enquanto que nas áreas urbanas diminui de 55% para 40%. De 1980 a 1985, decrescem os percentuais relativos às pessoas sem instrução ou com escolaridade inferior à fundamental (elementar) completa nas zonas urbana e rural (respectivamente, de 40% para 33% e de 68% para 62%).

A descrição dos resultados apresentados em Gama, Salviato e Jesus (1987; PF165) serve em alguma medida como síntese de parte importante do conjunto de informações geradas pelo *Diagnóstico Estadual*. Complementarmente a este projeto, os anos 1980 ainda contaram com um pequeno número de estudos completos sobre educação no

¹⁴ Chama-se atenção para o fato de que este indicador flutuou muito ao longo dos anos 1970, chegando a atingir apenas 72% em 1976.

Espírito Santo e que serão apresentados na seqüência. Vale destacar, contudo, que daquela década em diante poucas pesquisas sobre educação no estado trariam uma concepção tão completa e sistêmica sobre o tema como o fizeram os documentos produzidos pelo *Diagnóstico Estadual*.

Castro (1986; PF204) apresenta um diagnóstico do atendimento em educação especial no estado do Espírito Santo para o ano de 1985, tendo como unidade de análise todas as escolas de educação especial da rede pública e uma amostra de 30% da população de alunos especiais atendidos pela rede oficial do estado. A base informacional da pesquisa consistiu em entrevistas com especialistas, professores e demais profissionais de ensino, levantamento de documentos e estatísticas e aplicação de questionários. Em síntese, o mapeamento da rede estadual de educação especial em 1985 identificou 37 municípios e 109 escolas ofertando atendimento a alunos especiais, nas quais havia 178 classes especiais, incluindo as classes das três escolas especiais. Na época do estudo a rede estadual atendia apenas a 1.600 alunos, número bastante inferior à demanda potencial de 54 mil crianças de 7 a 14 anos, estimada pelo autor conforme parâmetros da ONU e indicadores demográficos do estado. Dentre os principais resultados encontrados, destacam-se (i) a maioria das classes especiais estava localizada em escolas de 1ª a 4ª séries, havia predomínio de alunos deficientes mentais educáveis e de aprendizagem lenta, embora faltasse clareza nesses conceitos; (ii) as classes eram heterogêneas quanto à faixa etária e aos tipos de deficiências; (iii) os profissionais identificados como responsáveis pelo diagnóstico não haviam recebido em seus cursos de formação nenhuma fundamentação teórica e prática para tanto; (iii) grande deficiência de infra-estrutura física (iv) os professores apresentavam experiência em educação geral e atuavam com educação especial em média há sete anos e meio e consideravam deficientes as condições de trabalho.

O tema da evasão escolar, central às preocupações do *Diagnóstico Estadual*, já havia sido examinado pelas teses de Gregio (1982; RC01) e Borges (1984; RC11). A primeira autora realiza pesquisa em 24 escolas da zona rural do município de Cachoeiro de Itapemirim e, a partir da aplicação de questionários e entrevistas, levanta as percepções de professores, supervisores e pais de alunos evadidos sobre aspectos da qualidade da oferta e características da demanda. Borges (1984; RC11) também levanta as percepções de professores e alunos em duas escolas estaduais com altas taxas de evasão e uma municipal com baixa taxa de evasão. Os dois estudos concordam estar na baixa qualidade da oferta educacional o principal fator responsável pela evasão escolar, embora Borges (1984; RC11) chame também atenção para as restrições impostas pelas condições precárias de trabalho e renda dos pais ao desempenho dos alunos.

Outro tema estudado no início dos anos 1980 foi o da suplência, investigado por Marques (1983; Reg UFES 02) em cursos da 5ª a 8ª série do 1º grau em 15 escolas da rede estadual, situadas no município de Vitória. Em uma abordagem comparativa, a autora relatou existir uma conexão adequada entre demanda e oferta educacional, particularmente no que se referia à flexibilidade no horário dos cursos, além de instrução personalizada apropriada e heterogeneidade na infra-estrutura de ensino.

O último documento completo referente aos anos 1980 que destacamos nesta apresentação consiste no relatório do Departamento de Auditoria e Documentação Educacional da SEDU/ES, que analisou os dados sobre matrícula inicial, rendimento e evasão de alunos no ensino de 1º e 2º graus do estado no período entre 1977 a 1986 (DACE/SEDU, 1988; AP23-24). Como base estatística, utilizou-se o Censo de 1980 do IBGE e os relatórios anuais do departamento, levantados em todas as unidades escolares do Espírito Santo. Os resultados mostram que no período analisado o ensino de 1º grau foi predominantemente ofertado pela rede de ensino estadual, (71% das matrículas), enquanto que a rede municipal teve 13% e a particular apenas 11%. Em contrapartida, o ensino de 2º grau no estado foi predominantemente ofertado pela rede particular de ensino, que respondeu por 51% das matrículas; a rede estadual contribuiu com 48% e a rede federal com 7,6%. O número de matrículas no 1º grau cresceu 19,5% entre 1977 e 1986. Segundo o relatório, com respeito à evasão no 1º grau, observou-se que os menores índices foram obtidos pela rede particular, 3,8% em 1982, enquanto a rede pública localizada na área rural apresentou percentual de 5,8% em 1982. Na área urbana os maiores índices de evasão no 1º grau se deram entre a 5ª e a 8ª séries, com índices variando de 5% em 1982 a 13% em 1977. Quanto ao rendimento escolar o estudo evidenciou que as taxas de aprovação se mantiveram relativamente estáveis no período analisado, passando de 76% em 1976 para 77% em 1986. Quanto ao 2º grau, sustenta-se que a evasão foi maior na área urbana (21% em 1987); desse quantitativo a maior evasão se deu na rede estadual, (72% dos alunos evadidos em 1987), enquanto que na rede particular foi de 18% e na federal 1,2%. Os índices de aprovação no 2º grau no período em análise decresceram de 91% em 1977 para 85% em 1986. Para os autores, a persistência dos números de evasão e reprovação ao longo de 10 anos evidenciou a constante incompetência da estrutura escolar no trato com os alunos do 2º grau, já que a oferta neste nível de ensino foi predominantemente noturna, com escolas sem a necessária assistência pedagógica, com condições físicas inadequadas, ausência de bibliotecas e outras limitações.

4.2.2 Anos 1990, 2000 e documentos com abrangência histórica.

Apesar com respeito ao grupo de documentos classificados como completos, foram selecionados e analisados 4 estudos referentes à década de 1990, 2 relativos aos anos 2000 e 2 com abrangência histórico-descritiva. Por ser pequeno o número de trabalhos encontrados, todos serão descritos nesta subseção, com atenção particular aos dois documentos mais recentes, o Catálogo de Fontes sobre a História da Educação no Espírito Santo (Simões e Franco, 2004) e o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, coordenado pela Secretaria de Planejamento do Estado e realizado pela Macroplan (Macroplan, 2006; NPF11).

Em relação aos anos 1990 descreve-se inicialmente o estudo de Mian (1993; PF14), que investigou o processo de escolarização de descendentes de alemães de uma escola unidocente da rede pública municipal, da comunidade do Distrito de Melgaço, município de Domingos Martins. A autora, a partir da observação dos alunos e entrevistas com professores e especialistas, buscou fatos que permitissem explicar as principais dificuldades escolares das crianças pomeranas. O estudo constatou o isolamento em que vivia a comunidade, a ausência de programas específicos de atendimento escolar e o despreparo do professor e do sistema de educação estatal para lidar com a questão. Ramlow (2004; PF48), também a partir de um estudo qualitativo, volta a analisar a educação escolar oferecida às crianças pomeranas de Melgaço em 2005 e reafirma as principais conclusões encontradas em Mian (1993).

Os demais documentos referentes aos anos 1990 foram produzidos pelo governo estadual e descrevem indicadores de desempenho de alunos e do sistema educacional do estado. No primeiro deles o Departamento Estadual e Estatística (DEE, 1994; AP126) apresenta inicialmente um levantamento da situação do trabalho infantil, verificando que 16% das crianças de 10 a 13 anos do estado estavam economicamente ativas em 1990. Tendo como referência o período de 1990-1993, o documento segue então descrevendo indicadores de matrícula no ensino médio e fundamental, atendimento em creches e na educação pré-escolar, números da capacitação de professores e da expansão física da rede de ensino pública, além dos resultados da formação profissional em nível médio pelo Senac/ES. O documento também destaca como problemas a insuficiência de recursos financeiros para a educação, o baixo grau de ativação de parcerias intra-governamentais e a baixa integração com a sociedade civil.

Outros dois documentos produzidos pelo governo do estado referem-se respectivamente aos planos estaduais e nacionais de educação, que seguem basicamente a mesma estrutura de apresentação e conteúdo. O plano estadual (SEDU/ES, 1996; PF189) apresenta inicialmente um panorama quantitativo da realidade educacional do Espírito Santo,¹⁵ e, na seqüência, estabelece as diretrizes gerais das políticas públicas de educação no estado para o período 1996-1999. De maneira complementar, o Relatório Síntese para o estado do Espírito Santo no Plano Decenal de Educação do MEC/INEP (SEDU/ES, 1997; Reg Internet 03) também descreve alguns indicadores básicos de desempenho do sistema e apresenta os obstáculos à universalização do ensino básico, as necessidades dos municípios, as metas do Plano Decenal e uma agenda de ações e medidas específicas para melhorar a performance do sistema estadual em um horizonte temporal até 2003.

Os 3 documentos classificados como completos produzidos nos anos 2000 são bastante distintos entre si. O primeiro deles, uma monografia de licenciatura em pedagogia da UFFS, descreve a realidade do jovem e as práticas educacionais em assentamento do MST no Espírito Santo (Souza, 2002; PF92). Mesmo sendo um estudo de caso restrito a um dos assentamentos do estado (Maria Olinda, distrito de São João Sobrado), a autora traz informações sobre o ambiente sócio-cultural em que os jovens sem-terra estão inseridos e sobre a infra-estrutura de ensino que atende ao MST no estado, movimento que contava em 2002 com aproximadamente 44 escolas, 2000 alunos e 150 educadores.

O segundo documento refere-se à publicação *História da Educação no Espírito Santo – Catálogo de Fontes*, de Simões e Franco (2004). Trata-se de um levantamento de 475 registros sobre a história, a educação e a história da educação no Espírito Santo pertencentes ao acervo do Arquivo Público Estadual, o que inclui documentos muito diversos, como relatórios de inspetores de ensino, de secretários de instrução pública, anais de congressos, periódicos, entrevistas de políticos a jornais sobre problemas ligados à educação, dentre outros. Cada registro é seguido pelo nome do autor, ano de publicação e um resumo de seu conteúdo. O levantamento também traz um anexo

¹⁵ No anexo do documento, as tabelas apresentam os dados utilizados de matrículas para todos os níveis e dependências administrativas de 1986 a 1995, a taxa de analfabetismo da população do estado em 1991, o percentual de alunos aprovados, reprovados e evadidos em 1985 e 1994, por localização urbana ou rural e dependências administrativas para a educação fundamental e média; a evolução do fluxo escolar na educação fundamental entre 1977 e 1984; a taxa de sucesso escolar na rede estadual para 1992 e 1994; o número de funções docentes por grau de formação e dependências administrativas na educação infantil, fundamental e média em 1995; dados da educação especial com o quantitativo de municípios, professores, alunos, classes especiais, salas de recursos e escolas especiais por especificidade de atendimento, em 1995; estabelecimentos de ensino, segundo os níveis educacionais em 1995; e o número de salas existentes e utilizadas por dependência administrativa e localização em 1995.

estatístico descrevendo a distribuição dos registros por tipo de documento, fonte, ano e tema da publicação¹⁶.

Por final, apresentamos o módulo de educação do documento *Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025*, produzido em 2006 e detalhado em diagnóstico e recomendações para política. A contribuição do estudo ao estoque de conhecimento sobre o tema reside principalmente na preocupação em situar o desempenho educacional do Espírito Santo no contexto da região Sudeste, em nível nacional e internacional.

Para o diagnóstico foram utilizadas como bases de dados o Censo Escolar, a PNAD e o SAEB (2003). Em síntese, dentre os principais resultados encontrados para o Espírito Santo destacam-se: (i) uma das maiores taxas de matrículas do país na educação infantil, com 45% das crianças de zero a seis anos matriculadas em alguma modalidade de ensino; (ii) taxa de analfabetismo entre crianças e adolescentes igual a da região Sudeste (13%); (iii) proficiência em leitura e matemática entre os estudantes de 4ª série acima da média nacional, mas abaixo da sudeste; (iv) no ensino fundamental, os indicadores de fluxo são piores no estado do que na região Sudeste e, em alguns casos, piores do que a média nacional - os indicadores de repetência na 2ª série chegam a ser piores que nos estados brasileiros de desempenho mais baixo; (v) a distorção série-idade é superior à média regional, mas inferior à nacional - estima-se que quase 26% dos estudantes de ensino fundamental do estado apresentem distorção em relação à idade e à série cursada; (vi) no ensino médio, as taxas de rendimento do estado apontam para a necessidade de uma atenção especial ao abandono, que é de 25%, 10 pontos percentuais superior à taxa nacional e 13 pontos a mais do que a da região. A repetência no ensino médio capixaba é de 22,8%, pior do que a nacional; a evasão é da ordem de 9,4%; (vii) com respeito à taxa esperada de conclusão, os indicadores do Espírito Santo são inferiores aos da região e, em alguns casos, inferiores à situação nacional; (viii) o indicador de analfabetismo funcional da população com mais de quinze anos de idade mostra um percentual nacional de 24,8%; em todo o Sudeste, são 18,7% de analfabetos funcionais e, no Espírito Santo, 22,5%; (ix) a média de anos de estudo da população acima de 25 anos de idade, em todo o Brasil (2003), está em 6,3 anos, enquanto que na região sudeste é de 7 anos e, no Espírito Santo, de 6,2. (x) entre a população de 15 a 17 anos, a taxa de frequência à escola no Espírito Santo é de 77,8%, abaixo da regional, de

¹⁶ Todos os registros desta publicação foram incorporados ao presente artigo, desde que respeitando os critérios de corre.

84,6%, e da nacional, de 82,4%; (xi) existem aproximadamente 21 mil professores na rede estadual, sendo 55% destes sem contrato efetivo de trabalho.

Com base no diagnóstico, o relatório sustenta uma estratégia para o futuro da educação no Espírito Santo baseada em três focos principais: melhorar a qualidade do aprendizado, corrigir o fluxo educacional, ampliando a cobertura; e valorizar, capacitar e avaliar o trabalho dos docentes. Como referência de estratégias internacionais bem-sucedidas na área de educação são apresentados os casos do Chile, Canadá, Irlanda, Espanha, Finlândia e Coréia do Sul.

4.2.3 Comentários finais

As pesquisas sobre educação no Espírito Santo que examinam tanto a dimensão da demanda como da oferta são predominantemente quantitativas, descritivas e concentradas em indicadores de matrículas e evasão, fluxo escolar e aprovação, sendo menos frequentes as análises sobre o nível de escolaridade da população. Mesmo nesta perspectiva quantitativa, poucos foram os estudos que avaliaram em detalhes as diferenças inter e intra-regionais do estado, a exemplo de Gama *et alli* (1984) nos anos 1980, ou que implementaram uma análise comparativa do desempenho educacional do Espírito Santo com respeito à média nacional e de outros estados, como a realizada recentemente pela Macroplan (2006). Estes fatos, associados ao predomínio de diagnósticos e análises descritivas em detrimento ao estudo de correlações ou relações de causa-efeito, nos ajudam a identificar os espaços abertos na literatura para pesquisas que tenham como objetivo apresentar tanto aspectos relacionados à demanda como também à oferta educacional e à relação entre as duas dimensões.

4.3 Estudos sobre a demanda

Os documentos classificados como demanda são aqueles que consideravam predominantemente como objeto de estudo temas como o ambiente sócio-cultural comunitário ou familiar do aluno, as condições sócio-econômicas do aluno e de sua família (em termos de ocupação, emprego e renda), o nível de escolaridade da população, a caracterização e o desempenho do aluno, o que inclui os indicadores de aprendizado e frequência, repetência, evasão e abandono. Muitas vezes estes indicadores podem ser tratados no contexto da escola e da qualidade da oferta

educacional; no entanto, a classificação de um documento como *demanda* está associada à delimitação do *aluno* enquanto unidade de análise principal.

O resultado desta classificação selecionou apenas 2 documentos, sendo um deles associado ao que chamamos de ambiente sócio-cultural comunitário ou familiar do aluno e outro relativo à caracterização e ao desempenho do aluno. Não foi encontrado nenhum estudo específico sobre o nível da escolaridade no estado do Espírito Santo e sua evolução, embora este tema fora uma preocupação central em Gama *et alli* (1985) e Gama *et alli* (1987), apresentados na subseção anterior¹⁷.

O primeiro dos estudos encontrados consiste em uma monografia em licenciatura do Centro de Pedagogia da UFES e tem como objetivo compreender as percepções da população de dois assentamentos do MST acerca da qualidade da escola que os atende e a relação entre comunidade e escola (Santos, 2002; PF93). O segundo documento é uma pesquisa contratada pela SEDU/ES com o objetivo de analisar os resultados do PAEBES (Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo, de 2004), um programa de natureza censitária de avaliação do desempenho dos alunos do Espírito Santo, nos mesmos moldes do SAEB (SEDU/ES e Herkenhoff & Prates, 2004; NPF01).

Dentre os principais resultados encontrados com base no PAEBES, os autores destacam como determinantes negativos do desempenho escolar dos alunos capixabas: (i) a distorção série-idade e a repetência; (ii) a ausência ou atraso dos professores; (iii) a descontinuidade da frequência e pouca assiduidade do aluno; (iv) a violência na comunidade e insegurança na escola; e (v) o fato do aluno trabalhar. Quanto aos determinantes positivos, destacam-se: (i) o interesse do aluno, seu hábito de leitura e o tempo gasto com estudos fora da escola; (ii) o nível de escolaridade dos pais; e (iii) a existência de laboratórios e espaços físicos amplos. O documento também traz os resultados dos alunos nos testes específicos do PAEBES 2004 e chama atenção para o fato de que os estudantes perceberam estes testes como mais fáceis do que os aplicados pelo SAEB.

De certa forma o pequeno número de estudos sobre demanda é compensado pela informação gerada pelos documentos completos, descritos na subseção anterior. Entretanto, tanto as limitações encontradas entre os documentos completos como a

¹⁷ Gama *et alli* (1985) foi em grande medida dedicado à descrição de indicadores de frequência, repetência, evasão e abandono, ou seja, o que denominamos como o desempenho dos alunos. No entanto, o classificamos como um documento completo por estar inserido em uma pesquisa mais ampla, o *Diagnóstico Estadual*, e por utilizar como referência os outros módulos do projeto.

quase inexistência de estudos específicos sobre a demanda identificam um campo importante e pouco explorado na pesquisa sobre educação no Espírito Santo.

4.4 Estudos sobre a oferta

Mais de dois terços dos documentos selecionados por este artigo foram classificados como estudos predominantemente sobre a oferta de educação, o que não significa que aspectos da demanda não foram sequer mencionados nestes casos. Em uma tentativa de aproveitar toda a informação dos estudos possível de ser captada, a classificação dos documentos utilizou três recortes distintos. No primeiro deles, como já mencionado, os documentos foram organizados de acordo com os três grupos disjuntos de *demanda*, *oferta* e *documentos completos* (Tabela 10) – composição esta que organiza a apresentação dos estudos nesta seção.

O segundo recorte (recorte RD) classificava os documentos desde o ponto de vista da demanda. Neste caso foram criadas as categorias descritas na subseção anterior (nível de escolaridade, caracterização e desempenho do aluno, aspectos culturais e sócio-econômicos da comunidade), além da categoria *não aplica*. O terceiro recorte (RO), por fim, classificou os documentos desde o ponto de vista da oferta. Além da categoria *não aplica*, organizamos os estudos de acordo com os temas de (i) governança do sistema educacional, (ii) gestão ao nível das escolas, (iii) aspectos quantitativos ou qualitativos da oferta de serviços de educação (indicadores de vagas e matrícula, capacitação dos profissionais de ensino), (iv) infra-estrutura física, (v) métodos de ensino, (vi) infra-estrutura de ensino, o que abarca os itens iii e iv; e (vii) descrição ou avaliação de políticas públicas específicas para a oferta.

Essa metodologia permitiu classificarmos a informação existente sobre demanda mesmo em um documento predominantemente de oferta, e vice-versa – necessariamente um documento classificado como oferta, demanda ou completo no primeiro recorte analítico era também classificado nos recortes de demanda (RD) e de oferta (RO). Neste sentido, cerca de 85% dos estudos predominantemente sobre oferta foram classificados também em RD como *não aplica*, não obstante 15% deles tenham sido classificados em alguma das demais categorias. Ou seja, embora tratassem de modo central de um tema sobre a oferta, traziam também alguma informação sobre a demanda¹⁸.

¹⁸ No caso dos 2 estudos predominantemente sobre a demanda, descritos na subseção anterior, não havia sido contada nenhuma informação relevante sobre a dimensão da oferta.

A apresentação dos estudos predominantemente sobre a oferta educacional seguirá nesta subseção as categorias definidas pelo recorte específico sobre a oferta, RO. Também, sempre que possível, incorporaremos as informações sobre demanda existentes nestes documentos. Vale chamar atenção para o fato de que nem todos os estudos sobre oferta serão descritos a seguir – dada a necessidade de síntese requerida nesta resenha, selecionaram-se apenas aqueles que apresentaram objetivos, hipóteses e resultados bem delimitados. A evolução da frequência dos estudos ao longo do tempo e por tipo de classificação em RO segue na tabela abaixo.

Tabela 11 – Frequência da Oferta e Evolução no Tempo

Evolução no Tempo	Governança	Gestão	Qualidade e Quantidade da Oferta de Serviços	Métodos de Ensino	Infra-estrutura física	Infra-estrutura de ensino	Políticas Específicas para Oferta	Total
Década de 80 e anterior	3	1	14	4	2	18	12	54
(%)	75,0	20,0	66,7	28,6	100,0	64,3	66,7	58,7
Década de 90	0	1	2	4	0	4	1	12
(%)	0,0	20,0	9,5	28,6	0,0	14,3	5,5	13,0
Década de 2000	0	3	2	4	0	4	2	15
(%)	0,0	60,0	9,5	28,6	0,0	14,3	11,1	16,3
Histórico	1	0	3	2	0	2	3	11
(%)	25,0	0,0	14,3	14,3	0,0	7,1	16,7	11,9
Total	4	5	21	14	2	28	18	92
(%)	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

4.4.1 Governança

O tema da governança refere-se às relações institucionais no campo da educação entre os diferentes níveis e esferas de governo, assim como à gestão da SEDU/ES e sua relação com as unidades de ensino do estado. Dos 4 documentos classificados sob este tema, três referem-se aos anos 1980, nenhum à década de 1990 ou anos 2000, sendo o último histórico-descritivo.

O primeiro documento dos anos 1980 consistia em um Boletim Informativo da SEDU, cujo objetivo era apenas a divulgação do Plano Estadual de Educação para o período de 1983 a 1984, descrevendo seus objetivos e diretrizes gerais (SEDU/ES, 1981; AP345).

A resposta da SEDU às demandas do sistema educacional foi tema de uma tese de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação (Rodrigues, 1988; UFES teses 04). A autora documentou e classificou 472 processos reivindicatórios formais à SEDU/ES de pessoas residentes no município de Vila Velha, protocolados durante os anos de 1983 e 1984 e posteriormente arquivados na SEDU. Os principais resultados encontrados pela pesquisa foram: (i) infra-estrutura técnico-administrativa: 81% das reivindicações, das quais 56% não foram atendidas; (ii) infra-estrutura física: 10,8% das reivindicações, 63% não atendidas; (iii) infra-estrutura técnico-pedagógica: 3,8% das reivindicações, 61% destas não atendidas; (iv) infra-estrutura financeira: 2,3% das reivindicações e 73% destas não atendidas; (v) atendimento à clientela demandante: 1% das reivindicações, 80% não foram atendidas; e (vi) atendimento à clientela de nível sócio-econômico crítico: 0,8% das reivindicações, 50% não atendidas.

As finanças do Espírito Santo na área de educação foram estudadas pelo IPEA, para o período entre 1987 e 1991, no âmbito de um projeto financiado pelo Banco Mundial (Xavier e Marques, 1994). Foram analisadas as despesas do governo estadual e de uma amostra de 21 municípios; dentre as principais informações da publicação, destaca-se que (i) as despesas do governo estadual com manutenção e desenvolvimento do ensino ultrapassaram o mínimo de 25% do total estabelecido no período: 26,4% em 1989, 25,6% em 1990, e 28,1% em 1991; (ii) as despesas com o ensino de primeiro grau responderam, em média, por 67% das despesas totais da função educação e cultura no período 1989-92, enquanto que o ensino de segundo grau absorveu 18%; (iii) o custo aluno/ano na rede estadual é estimado em torno de US\$ 250 e, na rede municipal, ao redor de US\$ 350; e (iv) o desperdício do sistema, na esfera estadual, medido pela diferença de custos com base na matrícula inicial e final, é de cerca de 15% dos gastos no primeiro grau para esse nível de ensino e de 25% para o segundo grau.

O último documento classificado sob o tema da governança foi uma tese de mestrado do Centro de Educação da UFES (Gobete, 2005; PF31), que teve como objetivo investigar os princípios que têm orientado desde 1989 a construção da política da educação especial no município de Vitória.

4.4.3 Gestão escolar

O tema da gestão escolar tem fundamentalmente a escola como unidade de análise e considera as funções de coordenação, administração de recursos humanos e físicos, as relações entre a escola e a sociedade, dentre outras questões. Dos 5 documentos

classificados sob este tema, 1 refere-se aos anos 1980, 1 aos anos 1990 e 3 aos anos 2000.

O documento sobre gestão referente aos anos 1980 consiste em um diagnóstico da administração da educação no estado do Espírito Santo a partir do levantamento e análise de informações das escolas do sistema estadual de ensino com respeito ao desempenho dos profissionais de ensino, administração e diretoria (Castro *et alli*, 1987; PF156v). Já nos anos 2000, Soares (2002; PF132) estuda o funcionamento do Conselho escolar em três escolas do município de Vitória e mostra que com respeito às funções consultiva e deliberativa do Conselho a participação da comunidade e dos demais profissionais de ensino varia bastante de um caso a outro.

Silva Filho (2002; PF05) discute as relações institucionais da escola pública, especificamente as relações de poder entre a Secretaria Municipal de Educação de Vitória e as escolas do ensino fundamental, analisando os aspectos de autonomia escolar, gestão escolar, projeto político-pedagógico e centralização administrativa. O estudo teve como base entrevistas com professores e diretores da rede de ensino e conclui que a descentralização é incompleta e a autonomia não é efetiva. Angeli (2003; PF119) descreve o Programa Escola Campeã, implementado no município da Serra e cujo objetivo consistia em aumentar a qualidade da educação a partir de ajustes na gestão escolar¹⁹. A autora utilizou como base da pesquisa análise documental para descrever o Programa e entrevistas semi-estruturadas com 3 diretores de escolas no referido município.

4.4.3 *Qualidade e quantidade da oferta de serviços*

Sob este tema estão classificados mais de 20 documentos que trazem informações sobre a *quantidade* ou a *qualidade* da oferta dos serviços de ensino. Devem-se incluir, por um lado, indicadores de vagas, matrículas, número de professores e classes; por outro, estudos sobre capacitação e desempenho de professores e demais profissionais de ensino. Esta classificação resultou em poucos estudos quantitativos e muitas pesquisas

¹⁹ De acordo com a autora o Programa Escola Campeã estava sendo implementado a partir de uma aliança estratégica entre o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil, com apoio da Fundação Luís Eduardo Magalhães; o programa era adotado em 52 municípios de 24 estados brasileiros, sendo 3 municípios do Espírito Santo: Serra, Aracruz e São Mateus.

sobre capacitação e desempenho dos profissionais de ensino, particularmente com respeito aos anos 1980²⁰.

Apresentando sinteticamente os principais trabalhos referentes aos anos 1980, destaca-se inicialmente o estudo de Vieira (1982; Reg UFES 05), que analisa a habilitação de professores das disciplinas de formação especial para o ensino técnico-profissionalizante nas escolas de 2º grau na área da Grande Vitória. Santos (1983; Reg UFES 09) verifica a qualidade da educação artística em escolas públicas estaduais de 1º grau situadas no município de Vitória. Lobo (1988; Reg UFES 08) avaliou o ensino de leitura na 4ª e 8ª séries do 1º grau segundo a percepção dos professores e concluiu que estes apresentavam insuficiente nível de desenvolvimento técnico para a função; os recursos didáticos eram precários e os objetivos de ensino eram difusos, formalísticos e desvinculados da realidade cultural dos alunos. Souza (1999; PF179) analisou o curso de licenciatura em pedagogia científico-educacional da UFES dos anos 1980 e concluiu que a formação dos professores era limitada e pouco coerente entre teoria e prática. Por fim, também já nos anos 1990, Pereira (1995; PF03) recupera o processo histórico da criação do projeto CEFAM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) no Espírito Santo, cujo objetivo era atuar na formação continuada dos professores do estado.

Nos anos 2000, Matos (2003; PF139) apresenta um relato sobre a situação do atendimento na educação infantil no município de Vitória no ano de 2003, particularmente no que diz respeito à formação e distribuição dos professores, à infraestrutura dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e à organização geral do trabalho pedagógico. A autora levanta os dados da pesquisa junto à Secretaria Municipal de Educação e aos próprios CMEIs e, dentre os principais resultados, constata-se que (i) o município contava com uma boa infra-estrutura e um quadro de professores em melhoria; (ii) a rede física era composta por 42 CMEIs e atendia a 17.600 crianças, nos turnos matutino e vespertino. Por final, Pereira (2003; PF87) discutiu as diretrizes e os argumentos que nortearam a compra de vagas em uma escola da rede particular pela prefeitura do município da Serra, em 2002.

²⁰ Muitos dos estudos sobre número e distribuição de vagas, matrículas e professores geralmente trazem dados sobre desempenho do aluno ou outros indicadores da infra-estrutura de ensino. Neste caso os estudos são deslocados para a classificação de documentos completos ou, quando predomina a oferta, sob o tema *infra-estrutura de ensino*, analisado mais à frente.

4.4.4 Métodos de ensino

Cerca de 20% dos documentos predominantemente de oferta estão classificados sob o tema de métodos de ensino, o que inclui análises sobre as necessidades especiais de aprendizado de grupos minoritários e vulneráveis da população do Espírito Santo ou métodos de ensino específicos voltados à população rural. Os estudos encontrados estão divididos de forma relativamente homogênea entre os anos 1980, 1990 e 2000 – tanto em termos de ano de produção como de período analisado.

Com relação aos trabalhos que analisam o processo de ensino-aprendizagem em grupos minoritários ou vulneráveis, destacamos o trabalho de Santos (2002; PF90), que descreveu a educação escolar na comunidade negra rural Divino Espírito Santo e chamou atenção para o fato de que não existia proposta pedagógica para a especificidade do povo quilombola. O autor tem como base um estudo de caso aplicado à escola estadual pluridocente Rio Preto, onde havia duas professoras, 22 alunos no turno matutino (alfabetização) e 12 no turno vespertino. Kaniski (2001) discute a influência das paneleiras do bairro de Goiabeiras, em Vitória, na construção de conhecimentos matemáticos de alunos de uma comunidade local. Os documentos que trataram do atendimento aos indígenas do estado, embora particularmente atentos ao método de ensino, serão apresentados à frente, já que tiveram como unidade de análise o que denominamos por *política específica para oferta*. Por final, lembra-se que os trabalhos de Mian (1993) e Ramlow (2003), classificados como completos, também discutem centralmente a questão do método de ensino, neste caso aplicado a crianças de origem pomerana²¹.

Com relação aos estudos sobre programas de aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, Braidó (1996; PF143) discute a implementação do projeto Bloco Único, um sistema aplicado à rede municipal de Vitória e que estabelece a progressão automática do aluno da 1ª para a 2ª série. A autora tinha como objetivo analisar não apenas a prática de avaliação como também a percepção dos professores que atuavam em classes de alunos inseridas no projeto. Segundo a autora, o documento de implantação do projeto, assim como o sistema de avaliação não apresentavam fundamentação teórico-metodológica para a orientação do processo avaliativo. Pircliner

²¹ A interpretação subjacente à classificação destes documentos refere-se ao fato de que Mian (1993) e Ramlow (2003) conferem peso maior à questão do ambiente sócio-cultural, com atenção à questão do idioma e tradições pomeranas, embora tenham também foco sobre o processo de ensino-aprendizagem. Já Santos (2002) privilegia uma discussão pedagógica, examinando centralmente a questão do escolanovismo e da pedagogia da terra. O autor, é claro, não deixa de descrever a história da comunidade quilombola estudada.

(2002; PF135) analisa a implementação em 1999 do Programa de Aceleração da Aprendizagem, na rede municipal de ensino de Aracruz e aponta para resultados positivos.

Por final, destacam-se os estudos sobre capacitação de profissionais de ensino. Gianórdoli *et alli* (1987; PF156a) avaliou o curso de pedagogia da UFES, através da percepção de professores, alunos e egressos, e sustentou necessidades de reformulação, como a oferta de novas habilitações ou áreas de concentração em alfabetização, pré-escola e educação escolar. Carvalho *et alli* (1987; PF156c) examina os planos de ensino nos cursos de formação de professores em nível de 2º e 3º graus, enquanto que Santos (1989; PF98) analisa os conteúdos do programa dos cursos de treinamento de professores alfabetizadores da rede estadual de ensino do Espírito Santo, nos períodos de 1982/1983 e 1986/1987.

4.4.5 *Intra-estrutura física*

Foram poucos os estudos específicos sobre a infra-estrutura física da oferta educacional no estado – apenas dois, produzidos no início dos anos 1980. O primeiro deles, encontrado nos registros do Arquivo Público, consiste em um relatório normativo com orientações sobre o dimensionamento, adequação física e localização da rede escolar da Grande Vitória (Fundação Jones dos Santos Neves, 1980; AP36). O segundo refere-se a um Boletim Informativo da SEDU/ES, de 1981, relatando as condições de precariedade das bibliotecas da rede escolar pública do estado do Espírito Santo (SEDU/ES, 1981; AP260).

4.4.6 *Infra-estrutura de ensino*

Sob o tema *infra-estrutura de ensino* estão classificados os documentos que trataram ao mesmo tempo de questões relacionadas aos recursos humanos e físicos da oferta de educação no estado – o que inclui o tema da capacitação de professores, condição física, número e distribuição de vagas, classes e escolas, dentre outros. Foram encontrados nesta categoria cerca de 25-30% dos documentos classificados como sendo predominantemente de oferta, mais da metade referente aos anos 1980.

Com respeito aos anos 1980 destacam-se os estudos de diagnóstico. Serpa (1982; PF12) realiza um levantamento da situação do atendimento a crianças pré-escolares carentes

vivendo em áreas periféricas da região da Grande Vitória e que participavam de classes inseridas no Projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, implementado no estado entre 1976 e 1979. A autora constata condições gerais péssimas de recursos humanos e físicos. Gama, Monjardim e Capezzuto (1987; PF156D) realizam em meados dos anos 1980 um diagnóstico mais completo da oferta de ensino pré-escolar e também apontam para a precariedade da infra-estrutura de ensino. Além da precariedade nas condições físicas e materiais da rede pré-escolar, as autoras chamam atenção também para a qualificação insuficiente dos administradores e do número reduzido de escolas que contavam com o apoio técnico-pedagógico. Grande parte dos docentes expressava dúvidas com relação à própria capacitação para a função, conhecimento e treinamento.

O relatório de 1991 da SEDU/ES, seguindo o objetivo de levantar, sistematizar e analisar as ações do governo estadual na área de educação entre 1987 e 1990, destaca as principais realizações e atividades desenvolvidas da secretaria. Além de trazer algumas estatísticas sobre a expansão da rede física escolar, o número de matrículas, vagas o índice de aprovação e de evasão dos alunos e o número de assaltos ocorridos em escolas, o documento apresenta também o montante de recursos financeiros aplicados na educação. Segundo o relatório, (i) a participação da SEDU/ES nas despesas do Estado passou de 18,7% em 1987 para 17,7% em 1990; e (ii) neste período, o custo de cada aluno matriculado no 1º grau na rede estadual era de 89,1 dólares, enquanto que na rede municipal, de 106 dólares – estas estimativas são bastante distintas daquelas encontradas em Xavier e Marques (1994), descritas anteriormente no tema de governança, respectivamente de 250 e 350 dólares²². Por final, o relatório destaca que a análise dos indicadores educacionais apresenta fragilidade devido à falta de consistência no processo de computação das informações e à forma artesanal com que as informações eram tratadas à época.

Referente aos anos 1990, destaca-se o estudo de Castro (1996; PF79), que caracteriza a situação da educação infantil em 12 municípios do interior do estado do Espírito Santo a partir da percepção dos professores. A autora relata condições físicas precárias e o predomínio de uma percepção de que a função a ser exercida pelos profissionais de ensino infantil é assistencialista. Nos anos 2000, Ferreira (2004; NPF08) organiza coletânea de textos de professores que coordenaram grupos de trabalho formados no Seminário Estadual de Política Educacional, em 2003. O objetivo da coletânea foi de

²² Aqui caberia uma análise mais detalhada da metodologia de cálculo utilizada por cada documento, não incorporado ao escopo deste artigo.

subsidiar o debate no interior da escola mediante uma reflexão da prática educacional e apresentar propostas gerais na área de política educacional do estado. Por fim, destaca-se o trabalho histórico-descritivo de Lima (1999; PF102), que descreve a trajetória da formação profissional no Espírito Santo e da atuação do SENAI/ES, levantando informações a respeito da estrutura de ensino mantida pela instituição e destacando a diminuição de suas atividades em 1997, como já ocorria em nível nacional desde 1993.

4.4.7 Políticas específicas para a oferta

Sob o tema de políticas específicas para a oferta classificamos os documentos que traziam como objeto de estudo principal a descrição ou avaliação de uma política pública implementada no Espírito Santo na área de educação. Neste tema situam-se cerca de 20% dos documentos classificados como sendo predominantemente de oferta, 2/3 deles referentes aos anos 1980. Apresentaremos nesta subseção a maioria dos documentos encontrados – 4 consistem em Boletins Informativos da SEDU, do início da década de 80; 3 referem-se aos sistemas IESBEM e FUNABEM, 2 analisaram políticas educacionais voltadas à área rural (a partir do MEPES) e os dois últimos discutiram a política de ensino dirigida a comunidades indígenas do estado.

Dentre os Boletins Informativos da SEDU/ES, o primeiro deles divulgava o Programa de Desenvolvimento Integrado da Arte na Educação (PRODIARTE), proposto pelo Ministério da Educação e implantado no Espírito Santo em 1979 (SEDU/ES, março de 1980; AP207). O Boletim de maio de 1980 (SEDU/ES, maio de 1980; AP253) descreve o projeto piloto de “Escola Integrada à Comunidade”, projeto idealizado pela SEDU/ES e desenvolvido em uma escola de 1º grau em Porto de Santana, município de Cariacena²³. Uma crítica à falta de políticas na área de educação especial foi o tema do Boletim de novembro de 1980 (SEDU/ES, outubro/novembro de 1980; AP260) enquanto que a edição de setembro de 1981 apresentou o projeto “Educação Comunitária para a Periferia Urbana e Área Rural do Espírito Santo” (SEDU/ES, setembro de 1981; AP237).

Foram encontrados no Arquivo Público dois relatórios anuais de atividades do IESBEM - Instituto Espírito Santense de Bem Estar do Menor (IESBEM, 1983; AP107 e

²³ Conforme descrito no Boletim, o projeto definia a escola como uma “célula básica” da comunidade, administrada por um conselho formado por lideranças comunitárias, com responsabilidade de fiscalizar o andamento do estabelecimento e levantar problemas da comunidade a serem debatidos na própria escola. Segundo a proposta, além das atividades de ensino, a escola deveria abrigar acontecimentos cívicos, culturais e assistenciais de interesse da comunidade.

IESBEM, 1985; AP108). Ambos trazem informações sobre o andamento dos projetos da instituição, incluindo dados de custos e atendimento. Apesar de não apresentar estatísticas, o relatório de 1985 informa que o índice de evasão entre os internos que frequentam a escola da comunidade (rede pública) é alto, tendo como causa a defasagem anterior dos alunos, que chegam ao IESBEM com anos de atraso escolar e déficit na aquisição de conteúdos. Também com foco na questão do menor infrator, o artigo de Cabral (1983; PF155f) analisa a prática pedagógica no Centro de Reeducação Feminina da FUNABEM.

Também do Arquivo Público vieram dois documentos sobre o MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, uma instituição financiada por entidades religiosas nacionais, internacionais e órgãos públicos nacionais. O primeiro documento apenas relatava a história da instituição desde sua fundação, em 1964 (MEPES, 1985; AP05) enquanto o segundo consistia em um relatório de atividades (MEPES, 1987; AP118). De acordo com este segundo documento, o MEPES²⁴ administrava em 1986 onze Facílias Familiares Agrícolas de 1º e 2º graus, em 10 municípios capixabas, onde era adotado como estratégia de ensino da instituição o sistema de pedagogia da alternância²⁵.

Por fim destacam-se documentos relativos a políticas educacionais para comunidades indígenas do estado. O primeiro documento, da Secretaria Municipal de Educação de Aracruz (SM de Aracruz, 2000; Reg Internet 01), apenas descreve os objetivos e o andamento do Projeto de Educação Indígena Tupiniquim e Guarani, desenvolvido pela própria secretaria, com a participação da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto para o Desenvolvimento e Educação de Adultos (IDEA) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O documento descreve como objetivos do projeto a consecução do processo de educação diferenciada nas aldeias por meio da formação dos educadores indígenas Tupiniquim e Guarani e a elaboração de um currículo diferenciado para as escolas indígenas. Segundo o documento, o projeto foi iniciado com a realização do curso de formação de educadores indígenas, que durou três anos (1996-1999) e formou 32 professores de 1ª a 4ª séries. Estes educadores assumiram as

²⁴ Embora não seja política de governo, em se tratando de uma entidade filantrópica, o MEPES oferta serviços educacionais especializados e é ainda hoje apoiado por órgãos públicos – por isso os documentos referentes à instituição são classificados nesta subseção.

²⁵ Pedagogia da alternância consiste em um método de ensino pelo qual as crianças têm o ano letivo distribuído em períodos alternados entre atividades na escola e em casa, na zona rural, aproveitando tanto a experiência prática das atividades rurais, quanto os conteúdos escolares.

escolas das aldeias no início de 2001, atendendo a cerca de 500 crianças²⁶. Segundo a pesquisa de Cota (2000; PF36), um estudo de caso sobre as motivações que levaram o povo indígena tupiniquim ao movimento por uma educação escolar indígena, apesar de mudança no sistema de ensino, este continuou inadequado às necessidades dos indígenas.

4.5 Comentários finais

A descrição do conteúdo dos estudos sobre educação no Espírito Santo produzidos nos últimos 35 anos nos permite levantar algumas conclusões gerais acerca do conhecimento gerado sobre o tema.

Em primeiro lugar, naturalmente refletindo as estatísticas encontradas na seção anterior, as informações que temos sobre a educação no Espírito Santo referem-se predominantemente aos anos 1980, década em que se destaca o projeto *Diagnóstico Estadual*, importante mapeamento das condições do sistema educacional no estado e das diferenças existentes entre suas regiões. Por outro lado, o conhecimento sobre o tema gerado nos últimos 5 ou 10 anos é relativamente limitado, não apenas devido ao pequeno número de estudos encontrados, como também ao viés da produção: (i) poucos estudos completos, preocupados simultaneamente com o lado da demanda da oferta de educação; (ii) objetos de estudos muito específicos a particularidades das necessidades educacionais do estado, como os trabalhos sobre educação especial, ensino em comunidades indígenas, pomeranas ou em assentamentos rurais; (iii) muitos estudos de caso em detrimento a análises que incorporassem em perspectiva mais ampla os problemas do estado; (iv) predomínio cada vez maior de estudos qualitativos e da construção de bases de dados próprias em detrimento ao uso das bases quantitativas que já existem, particularmente as do IBGE.

A partir da classificação dos documentos sugerida nesta seção, verificou-se que poucos estudos preocuparam-se especificamente com o lado da demanda do sistema educacional, principalmente nos anos mais recentes, quando diminui o número de documentos completos. O diagnóstico elaborado pela Macroplan (2006) é uma exceção, embora valha ressaltar que não está presente neste estudo uma análise mais

26 A população indígena do Espírito Santo é estimada em 1800 pessoas, formada pelos povos Tupiniquim e Guarani, e concentra-se no município de Aracruz, a aproximadamente 70 km de Vitória. São cerca de 1600 Tupiniquins habitando as aldeias Caeira Velha, Comboios, Irajá e Pau Brasil; e 190 Guarani nas aldeias de Boa Esperança e Três Palmeiras.

detalhada acerca das diferenças inter-regionais do estado, a exemplo do explorado pelo *Diagnóstico Estadual*.

Pelo lado da oferta, faltam estudos específicos sobre a questão da governança, gestão escolar e infra-estrutura física da rede de ensino. Por outro lado, refletindo o viés *pró-particularidades* e *qualitativo* da produção recente, foram encontrados muitos documentos relativos a políticas específicas para a oferta, capacitação de profissionais de ensino e métodos de ensino.

5 Conclusão

Este artigo consistiu no levantamento e análise dos estudos sobre educação no Espírito Santo produzidos desde os anos 1980 até o presente momento. A principal motivação do trabalho esteve não apenas no mapeamento dos estudos, mas na sistematização do conhecimento gerado sobre o tema e na identificação dos espaços relativamente mais e menos cobertos pela literatura. Ao longo da pesquisa, cerca de 450 referências foram checadas, 250 resumidas e pouco menos de 100 foram analisadas em detalhes e classificadas.

Com o fim do levantamento e o material em mãos, a estratégia da pesquisa dividiu-se basicamente em duas partes. Na primeira delas, classificamos os trabalhos de acordo com recortes analíticos elementares, a depender do objeto de estudo em cada caso – por abrangência temporal, delimitação geográfica, metodologia aplicada, dentre outros. Na segunda parte, classificamos os estudos de acordo com a predominância no conteúdo e em suas hipóteses de aspectos envolvendo ora a *oferta* de serviços educacionais, ora a dimensão da *demanda* por educação, permitindo também a classificação de trabalhos denominados *completos*, ou seja, que abrangiam as duas dimensões com igual peso. Desta classificação seguiu-se a descrição propriamente dita da maior parte dos documentos, com atenção particular aos estudos mais completos e abrangentes.

Em síntese, dentre os principais resultados, a primeira classificação nos permitiu encontrar que (i) apenas 30 dos 97 estudos classificados são referentes ao período 1990-2006; (ii) metade dos documentos encontrados tem como unidade de análise o estado ou a região da Grande Vitória; (iii) cerca de 60% dos documentos são qualitativos ou históricos-descritivos, 34% são estudos de caso; (iv) o ensino fundamental, a educação especial e a capacitação dos profissionais de ensino foram os temas mais abordados. Por outro lado, quando analisamos esta produção ao longo do tempo, observamos que

(i) a participação dos estudos que utilizam o estado como unidade de análise cai, enquanto que aumenta a participação dos estudos sobre territórios específicos; (ii) cai a participação de estudos sobre ensino fundamental em detrimento ao crescimento dos estudos sobre educação especial; (iii) cai a participação dos estudos quantitativos e qualitativo-quantitativos e aumenta a participação dos qualitativos e dos estudos de caso. Ou seja, além de menor, a produção torna-se com o passar do tempo cada vez mais específica a determinadas particularidades do estado e menos abrangente; cada vez mais delimitada a uma pequena amostra do universo de informações e menos censitária ou comparada.

Quanto à segunda classificação, encontramos um predomínio de estudos sobre o lado da oferta educacional, com destaque para os temas da capacitação dos profissionais de ensino, descrição e avaliação de políticas públicas específicas do estado e diagnósticos dos acórdios em educação espacial. Verificou-se um grande número de estudos sobre a infra-estrutura de ensino em assentamentos rurais, comunidades indígenas, pomeranas e quilombolas. Quanto aos estudos sobre a dimensão da demanda, foram encontrados apenas 2 documentos, número limitado que é parcialmente compensado pelos documentos classificados como completos, onde se localizam os grandes diagnósticos realizados sobre o tema no estado. Aqui se destacam o *Diagnóstico Estadual*, dos anos 1980 e o relatório recente da Macroplan (2006).

De maneira geral a literatura encontrada apresenta um baixo grau de densidade e organização e um nível elevado de endogeneidade – no sentido em que um número muito grande de documentos, em sua maioria estudos de caso, tem como unidade de análise os próprios profissionais de ensino e suas percepções acerca do sistema educacional. Esse fato provavelmente reflete a principal origem dos documentos encontrados – os centros de pedagogia e educação da UFES.

A abordagem dos estudos é geralmente descritiva ou segue o formato de diagnóstico. Raramente se encontra alguma análise sobre relações de causalidade ou mesmo correlações simples entre dois ou mais componentes do sistema educacional. Mesmo com respeito aos diagnósticos, são poucas as vezes em que as diferenças inter-regionais do estado são exploradas (como é o caso do *Diagnóstico Estadual*, realizado nos anos 1980); mais raras ainda as análises que comparam o desempenho educacional do estado ao restante do país (a exemplo da Macroplan, 2006).

Pode-se concluir que existem muitos espaços ainda em aberto à pesquisa sobre educação no Espírito Santo, não obstante o esforço de pesquisa sobre o tema realizado

até o momento, em particular em departamentos da UFES e em setores do governo estadual. Certamente existe já consolidado um estoque de informações e conhecimento sobre educação no Espírito Santo. No entanto, observou-se que, além de desatualizado, uma parte muito grande deste conhecimento refere-se a casos particulares e questões muito específicas do atendimento em educação no estado. A compreensão abrangente da situação atual da educação no Espírito Santo, em uma perspectiva comparada tanto intra-estado como inter-estados, sua evolução recente, seus problemas e limitações deveriam ser objetos de novos esforços de pesquisa.

6 Bibliografia

Abrós, Sílvia Helena Pesente de. (1996) *Centro Integrado de Educação Rural (CIER): Contribuição e Desafios no Processo de Transformação Social*. UFES

Angeli, Maria Pissinate de. (2003) *A Gestão Escolar na Perspectiva do Programa Escola Campo*. UFES

Biachini, Maria Aparecida (2006) *Concepções Inclusivas de Professores da Educação Infantil: Um Estudo Introdutório*. UFES

Biten, Gabriel Augusto de Mello. (1989) *Notícias do Espírito Santo*.

Borges, Renê Cavalcanti Leão. (1984) *Evasão Escolar na 1ª Série do 1º Grau: Um Estudo de Caso na Escola, dos Professores, dos Pais e dos Alunos Evadidos*. UFES.

Braico, Luciana Oliveira (1996) *O Processo Avaliativo no Bloco Único da Rede Municipal de Educação de Vitória "Teoria e Prática*. UFES.

Cabral, Maria Ângela Varela (1983) Um Estudo da "Menor Infratora": Da "Pedagogia Promovida" a "Pedagogia Praticada". In: *II seminário de Pesquisa em Educação*. UFES.

Carvalho, Eliani, Janete Magalhães. (1986) *Diagnóstico Estadual da Educação no ES. Análise dos conteúdos curriculares de cursos de formação de professores a nível de 2 e 3 graus – 1ª parte*. Vol. VII, UFES

Carvalho, Eliani, Janete Magalhães. (1987) *Diagnóstico Estadual da Educação no ES. Análise dos conteúdos curriculares de cursos de formação de professores a nível de 2º e 3º graus – 2ª parte*. Vol. VIII, UFES

Carvalho, Janete, Medeiros, Márcia Benevenuto Salviato, Maria de Lourdes, Santos, Átila (1987) Análise dos Planos de Ensino de Cursos de Formação de Professores. In: *4º Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sudeste*. UFES

Casagrande, Ângela Maria Monjardim (1983) Comportamento em Sala de Aula, Qualificação e Satisfação no Trabalho de Professores de Pré-Escola In: *II Seminário de Pesquisa em Educação*. UFES

Castiglioni, Dulce, Gianórdoli, Regina L., Jesus, Denise M., Lacerda, Isabel L.P., Motta, Danilo M.S. (1987) A Avaliação do Curso de Pedagogia da UFES Segundo a Percepção de Professores, Alunos, e Egressos do Curso. In: 4º Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sudeste UFES

Castro, Arando Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Educação. (1980) *O Prodiarte e a nova Educação Artística*. V.1, n.1, mar.1980.

Castro, Janine Mattar Perreira de (1996) *Educação Infantil na Perspectiva de Quem Está Com a "Mão na Massa": Dados de Realidade de Municípios do Interior do Estado do Espírito Santo*. UFES

Casaro, Roberto C. S., Passamai, Maria Hermínia B., Rocha, Ana Lúcia, Sodrê, Maria da Penha L. (1987) Diagnóstico da Administração da Educação no Estado do Espírito Santo. In: 4º Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sudeste. UFES

Castro, Roberto Claytam Schmitel (1986) *Diagnóstico do Atendimento em Educação Especial no Estado do Espírito Santo*. UFES.

Confederação Nacional da Indústria (CNI). Serviço Social da Indústria (SESI). (2006). *Estatísticas SESI: 2005*.

Cota, Maria das Graças (2000) *Educação escolar indígena: a Construção de uma Educação Diferenciada e Específica, Intercultural e Bilingüe Entres os Tupiniquins do ES*. UFES.

Departamento Estadual de Estatística (1994). *Situação da criança e do adolescente no Estado do Espírito Santo*. Governo do Espírito Santo.

Departamento de Auditoria e Documentação Educacional. (1988) *Relatório do Ensino de 1º e 2º Graus - série histórica do período 1977-1986*. Governo do Espírito Santo.

Deenke, Rachel Maria Baião. (1984). *Supervisão escolar e avaliação do rendimento: uma medida de realidade*. UFES.

Ferreira et alii., Eliza Bartolozzi (2004) *Política Educacional do Estado do Espírito Santo*. Coleção de Textos, Vol. 01.

Fundação Jones dos Santos Neves. (1980). *Dimensionamento e localização da rede escolar da Grande Vitória: especificações escolares: primeiro grau e pré*. Volume VII, Anexo VI. Governo do Espírito Santo.

Gama et alii Elizabeth Maria Pinheiro. (1984) *Estudo das disparidades inter e intra-regionais da educação no Espírito Santo*. Vol. I, UFES.

Gama et alii, Elizabeth Maria Pinheiro. (1985) *Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo. O Estado do Espírito Santo: condições demográficas, sócio-econômicas e educacionais*. Vol. I, Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

Gama, Elizabeth Maria Pinheiro. (1985a) *Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo: O ensino estadual de 1º grau; comparação inter-regional de sua evolução*. Vol. II, UFES.

Gama, Elisabeth Maria Pinheiro e Santos, Átila José dos. (1985) *Diagnóstico Estadual da Educação no ES: Ensino de 1º e 2º graus no Estado do Espírito Santo*. Vol. III, UFES.

Gama et alii, Elisabeth Maria Pinheiro. (1985b) *Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo. Legitimação da escola reprodutora: a postura, as opiniões, as expectativas dos professores das séries iniciais do 1º grau*. Vol. IV, UFES.

Gama et alii, Elisabeth Maria Pinheiro. (1985c) *Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo. Escolas estaduais de 1º grau: observações de um município capixaba*. Vol.V, UFES.

Gama et alii, Elisabeth Maria Pinheiro. (1986) *Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo. Observações do cotidiano das escolas de 1º grau de um município da Região Metropolitana do ES*. Vol.VI,UFES.

Gama, Elisabeth Maria Pinheiro, Jesus, Denisa Meyrelles de, Salviato, Maria de Lourdes (1987) *ES Século XXI – Série Níveis de Vida – Estratificação dos padrões de Educação. Um (re) exame da educação no Espírito Santo: da escola dada ao saber negado*. SEPLAN.

Gama, Elisabeth, Capezzuto, Margarida e Monjardim, Angela. (1987) *Diagnóstico da Educação Pré-Escolar no Espírito Santo*. In: *4º Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sudeste*. UFES.

Gama, Elisabeth, Carvalho, Janete M., Doxsey, Jaime R., Lucas, Liney O., Jesus, Denise M., Salviato, Maria de Lourdes. (1987) *Representações Docentes e Desempenho Escolar: O Aluno no Bem e nos Réus*. In: *4º Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sudeste*. UFES.

Genete, Cintene. (2005) *Política Educacional no Município de Vitória no Período 1989 a 2004. Implicações nas Políticas de Educação Especial*. UFES.

Grégio, Nelizete Maria Nogueira. (1982) *Evasão e qualidade de ensino na zona rural: o caso de Cachoeiro de Itapemirim/ES*. UFES.

Instituto Espírito Santanense de Bem Estar do Menor (IESBEM). (1983) *Relatório Anual*. Governo do Espírito Santo.

Instituto Espírito Santanense de Bem Estar do Menor (IESBEM). (1985) *Relatório Anual*. Governo do Espírito Santo.

Ramos, Vera Lúcia.(2001) *Uma Proposta Etnomatemática: O Caso das Paneleiras Capixabas*.UFES.

Kieffer, Cibília (1983) *A Orientação Educacional no Centro-Sul do Espírito Santo: Aspectos Conceituais e a Realidade Prática*. UFES.

Leonardo Bamlow (2004) *Conflitos no Processo de Ensino-Aprendizagem Escolar de Crianças de Origem Pomerana: Diagnóstico e Perspectivas*. UFES.

- Lima, Marcelo. (1999) *A História da Formação Profissional no Espírito Santo: o SENAI e os Paradigmas de Produto*. UFES.
- Labo, Tevezinha Maria Grillo. (1988) *O ensino de leitura nas descolas de 1º Grau da rede municipal de ensino de Vitória*. UFES.
- Machado, Anna Maria Marreco. (1983) *Seletividade no Ensino de 1ª Grau (Fatores Intra-Escolares)*. UFES.
- Machado, Maria Lucia Tedoldi. (1982) *Avaliação de Aspectos da Orientação Educacional em Escolas de 1º Grau, Rede Oficial, da Região Sul do Estado do Espírito Santo*. UFES.
- Macropian. (2006) *Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025: análise comparativa*. V. 4, Governo do Espírito Santo.
- Magnães, Marianely S. (2004) *Escola Família Agrícola: Uma Escola em Movimento*. UFES.
- Marques, Marcelino. (2003) *Qualificação e Competências no Programa de Melhoria do Ensino Médio, Projeto Escola Jovem – ES*. UFES.
- Marques, Maria das Graças Lepre. (1983). *Análise comparativa dos cursos de suplência de 1º Grau no Município de Vitória*. UFES.
- Matos, Elke Beilke. (2003) *Reflexões sobre A Educação Infantil no Município de Vitória: Um Estudo Inicial*. UFES.
- Mina, Bernadete Gomes. (1993) *Educação Escolar de Filhos de Imigrantes Alemães no Espírito Santo*. UFES.
- Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). (1997) Plano Decenal de Educação Para Todos- Relatório Síntese do Espírito Santo. In *Subsídios para elaboração do Plano Nacional de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Região Sudeste*.
- Moreis et alii., Euzi Rodrigues. (1983) *Problemas da Comunicação Lingüística na Escola de 1ª. Ciclo. II seminário de Pesquisa em Educação*. UFES.
- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). (1986) *Relatório Geral das Atividades*. Archieta.
- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). (1985) *Relendo Nossa Contribuição: 1964-1986*.
- Pereira, Claudimar Rosalino. (2003) *Uma Experiência de Privatização do Ensino Público no Município da Serra*. UFES
- Pereira, Otaviano Afonso. (1995) *Da Denúncia ao Anúncio. Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério no Estado do Espírito Santo*. UFES.
- Pinhato, João Eudes Rodrigues. (1993) *O PREMEN no Espírito Santo – Educação Autoritária e Tecnocracia: Subsídios para a História da Educação Capixaba*. UFRJ.

- Pirellier, Teresa Margarida. (2002) *Programa da Aceleração da Aprendizagem em Aracruz: Vano e reverso da Medalha*. UFES.
- Quarta, Luiz Sérgio. (1992) *A Questão da Prática Pedagógica na Formação de Professores no Instituto de Educação de Vitória: Um Estudo de Caso*. UFES.
- Rezende, Iris Pereira. Serviço Nacional do Comércio/ES (SENAC). (1983) Impacto das Instituições Formadoras de Mão-de-Obra Sobre o Desenvolvimento de seus Egressos. O Caso de uma Instituição Formadora de Mão-de-Obra para Hotelaria. In: *II Seminário de Pesquisa em Educação*. UFES.
- Rocha, Luiz Alexandre Oxley da. (1995) *O Ideal de Escola Pública dos Professores do Espírito Santo: Análise e Relações com a Concepção de Escola Pública do Movimento Nacional dos Trabalhadores em Educação*. UFES.
- Rodrigues Maria José Campos. (1983) *Caracterização analítica dos objetivos da extensão universitária*. UFES.
- Rodrigues Renilda da Penha Farias. (1988) *A demanda Comunitária Explícita e a Resposta Institucional*. UFES.
- Santos, Antonio Carlos Alves dos. (2002) *A participação da Comunidade na Escola no Projeto de Alfabetização: Estudo dos Assentamentos Nova Vitória e 11 de Agosto*. UFES.
- Santos, Berenice Miotto Rodrigues dos. (2002) *Formação Universitária, Estudo das participações dos alunos do Curso de Pedagogia da Terra do Espírito Santo*. UFES.
- Santos, Dalramir Vieira dos. (1989) *Treinamento ou Formação? Um Estudo Crítico dos Programas de Ensino nos Cursos para Alfabetizadores*. UFES.
- Santos, José Carlos da Costa. (2002) *A História da Educação do MST no Espírito Santo*. UFES.
- Santos, Márcia Moreira Antunes. (1983) *Educação Artística: o discurso oficial e a prática na escola de 1º Grau*. UFES.
- Santos, Waldemar dos. (2002) *A Educação Escolar na Comunidade Negra Rural Divino Espírito Santo*. UFES.
- Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Educação. (1981) *Bibliotecas Escolares: desafio que a comunidade pode ajudar a superar*. V. 2, n. 02, jan.1981.
- Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Educação. (1981) *Educação Comunitária: antídoto para a crise do ensino na América Latina*. n. 15, set.1981.
- Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Departamento de Auditoria e Documentação Educacional (1985). *Relatório sobre matrícula inicial do Ensino Pré Escolar, 1º e 2º Grau no ano de 1985*. Governo do Espírito Santo.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Educação. (1980) *Escola Integrada à Comunidade: uma experiência pioneira no Estado*. V.1, n.3, mar.1980.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Educação. (1980) *Os problemas (crônicos) da educação especial*. V.1, n.7, out/nov.1980.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Departamento de Auditoria e Documentação Educacional (1985) *Relatório do Ensino de 1º e 2º Graus, nos anos de 1983 a 1984*. Governo do Espírito Santo.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Educação. (1980) *Maria Ortiz é agora escola modelo*. V.1, n.1, mar.1980.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Educação. (1981) *Plano Estadual de Educação*. V.2, n.18, dez.1981.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Departamento e Grupos Setoriais (1991) *Relatório Final: 1987-1990*. Governo do Espírito Santo.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). (1984) *Relatório Anual de 1984*. Governo do Espírito Santo.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). (1996) *Plano Estadual de Educação 1996-1999: por uma escola democrática*. Governo do Espírito Santo.

Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Consultoria Herkenhoff&Prates (2004) *Programa de Avanço da Educação Básica do Espírito Santo/2004 – PAEBS*. Governo do Espírito Santo.

Secretaria Municipal de Educação (SEME). Divisão de Orientação Pedagógica Educacional.(1986) *Vitória: uma visão histórica crítica*. 3ª série – 1º Grau (livro do professor). Vitória.

Secretaria Municipal de Educação de Aracruz. Sub-Núcleo de Educação Indígena (2000) *Projeto de Educação Indígena Tupinikim e Guarani*.

Sampa, Maria do Carmo Varella. (1982) *Atendimento ao Pré Escolar Carente: Utopia ou Realidade? Diagnóstico da Situação em Movimento Comunitário da Grande Vitória*. UFES.

Silva, Eliseu Lourival Esperidião da. (2002) *Relações Institucionais na Gestão da Escola Pública em Vitória: um estudo sobre as relações de poder ente a Secretaria de Municipal de Educação e as Escolas de Ensino Fundamental*. UNB.

Sinoto, Regina Helena e Sebastião Pimentel Franco (2004) *História da Educação no Espírito Santo. Catálogo de Fontes*. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Silverio, Maria Teresa et alli. (1984) *Educação Comunitária – A Experiência do Espírito Santo*.

- Silveira, Maria Teresa et alli. (1982) *Projeto de Educação Comunitária para a Periferia Urbana do Espírito Santo – Experiências do Trabalho Desenvolvido no Ano de 1981*.
- Soares, Lirza Bongiovani. (2002) *Condicionantes do Funcionamento dos Conselhos das Escolas da Rede Municipal de Vitória*. UFES.
- Sodré, Maria da Penha Lima. (1981) *Uma análise da relação custo-produtividade nas escolas estaduais de 1º grau da Grande Vitória*. UFES.
- Souza, Solange Dalva Mendes de. (1992) *Resistência e Mudança – Estudo de Caso em uma Escola de 1º Grau*. UFES.
- Souza, Kleynayber Jesus de. (1999) *Formação do Educador: Produção e Socialização de Conhecimento na Universidade*. Aracruz.
- Souza, Zeila Mendes França de. (2002) *Questão da Identidade de Sem Terra dos Jovens do Assentamento Maria Olinda*. UFES.
- Vieira, Denise Maria Moreira. (1982) *A habilitação de professores das disciplinas de formação específica e o ensino nas escolas de 2º Grau na área da Grande Vitória*. UFES.
- Xavier, Anacleto Carlos da R. e Marques, Antonio Emilio S. (1994) *Um Retrato das Finanças da Educação no Espírito Santo*. IPEA, TD 343.
- Zuro, Maria Lúcia Grossi Correia. (2000) *A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MÓDULO 1 Fundação EDUCAR no ES de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real*. UFES.

Levantamento Bibliográfico

Instituições identificadas	Departamentos consultados	Documentos levantados
FAPIA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre.	Pós-graduação em Educação Infantil, Gestão Escolar e Normal Superior.	0
Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz.	Pós-graduação em Psicologia, Docência em Ensino Superior e Gerencia em Educação.	0
Faculdade São Camilo	Graduação em Ciências Sociais, Letras e Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia	0
FALIC - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Pós-graduação em Educação Especial, Educação Infantil e Formação Docente para a Educação Infantil.	0
Ufrb/Caris	Pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva	0
FARESA - Faculdade da Região Serrana.	Pós-graduação em Gestão em Educação Básica e Gestão em Educação Infantil.	0
FSM - Faculdade São Mateus	Mestrado em Educação	0
UMV - Centro Universitário Vila Velha	Graduação em Ciências Econômicas, Direito e Pedagogia	0
UAVIL	Pós-graduação em alfabetização, Educação Infantil, Educação Fundamental e 1º e 2º Ciclos, Gestão e Planejamento Educacional e Psicopedagogia preventiva/inclusiva.	0
Faculdade Novo Milênio	Pós-graduação em docência superior, educação.	0
Cefets	Mestrado em "educaion y trabajo"	0
Universidade Ingágradas Espírito-santense	Pós-graduação em educação especial, educação ambiental, formação docente, administração pedagógica, educação infantil, psicopedagogia, pedagogia nas instituições	3
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo.	Graduação em ciências econômicas, ciências sociais, direito, letras, pedagogia, psicologia, serviço social e mestrado em economia, educação, psicologia, história, políticas sociais.	288
SFPA - Secretaria do Estado da Educação.	Coordenação de avaliação.	7
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.	Coordenação do núcleo de educação profissional, coordenação do núcleo de tecnologia industrial, coordenação do núcleo de pesquisa e avaliação.	0
Sesi - Serviço Social da Indústria.	Divisão de educação	1
Selvas - Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequena Empresa.	Coordenação de educação	0
Secretarias municipais de educação		1
Sede do Sistema Estadual		162
Movimentos Espírito Santo em ação		0
USN - Instituto Jones dos Santos Neves	Biblioteca	2
Organizações (INEP, MEC, consultorias)		8
Total		472
Fundo de Educação própria		

Estrutura para Fichamento do Material Selecionado:

Número do documento		Registro biblioteca	
Título/Autor			
Instituição	Departamento	Curso	Data
<p>I - Hipótese Central do Estudo</p> <p>II - Objetivo do Trabalho</p> <p>III - Aspectos Metodológicos</p> <p>Período de Abrangência (período ao qual o trabalho se refere)</p> <p>Delimitação Geográfica (Estado, região, município, zona rural/ urbana, periferia/centro, etc)</p> <p>Unidade de Análise (Rede de ensino, escola, professor, aluno, grupo minoritário, tais como quilombola/pomeranos)</p> <p>Organização do trabalho - seções e conteúdo</p> <p>Metodologia de Análise</p> <p>Quantitativa, Qualitativa</p> <p>Descritiva, Analítica</p> <p>Comparativa, Etc</p> <p>Bases de Dados</p> <p>IV - Referências Encontrados (pelo trabalho)</p>			

Dicionário da Base de Dados

<i>Descrição</i>	<i>código</i>
Delimitação Geográfica	
Estado	1
Grande Vitória	2
Vitória	3
Ouro(s), Município(s)	4
Quares	5
Metodologia I	
Quantitativa	1
Qualitativa	2
Quanti-qualit	3
Descritiva, Histórico-Descritiva	4
Metodologia II	
Não aplicável	0
Comparada	1
Estudo de Caso	2
Contexto Temporal	
Década de 80 e anterior	1
Década de 90	2
Década de 2000	3
Histórico	4
Unidade de Análise I - Sistema	
Levantada	1
Clareta	2
Demanda e oferta	3
Unidade de Análise III - Nível de Escolaridade	
Não aplicável	0
Educação infantil	1
Educação Fundamental (primário e-ou ginásio)	2
Educação Média (seg. Grau)	3
Educação Profissionalizante	4

Educação Superior	5
Educação Especial (Excepcionais, MST, pomeranos, quilombolas etc)	6
Educação de Jovens e Adultos	7
Educação infantil até média	8
Educação multível	9
Qualquer tipo de capacitação para profissional de ensino	10
<hr/>	
Experiência	
Não aplica	.
Ambiente Comunitário	1
Ambiente Familiar	2
Desempenho Escolar (do aluno), Aprendizado e Frequencia, Repetência, Evasão e Abandono	3
Condição sócio-econômica do aluno e/ou família	4
Documento Completo (1, 3 e 4)	5
<hr/>	
Oferta	
Não aplica	.
Governança (nível macro de governo: Federal, Estadual e Municipal)	1
Governança nível da escola)	2
Quantidade e qualidade da oferta de serviços educacionais (indicadores de matrícula, de vagas, proficiência dos professores e correlatos, capacitação dos profissionais do ensino)	3
Métodos de ensino	4
Infra-estrutura física, Transporte, Material didático e Merenda	5
Infra-estrutura de Ensino (recursos físicos e humanos)	6
Descrição e/ou avaliação de Programas Específicos para Oferta (Programas específicos, porém transversais aos demais recortes: MEPES, IESBEM, SENAI, Educação Comunitária, etc)	7
<hr/>	
Solúcia Pública	
Não aplica	0
Lista Pública	1
Descrição e/ou avaliação de Programas para Demanda	2
Descrição e/ou avaliação de Programas para Oferta	3
<hr/>	
Responsável	
Ativa	1
Em Suspensão	2
Inativa	3
Indefinida	4

Original	
Relatório e Relatório estatístico	1
MEI	2
Excl. inf. Informativo	3
Forma e coletânea de textos	4
Atos	5
<hr/>	
Departamento	
UFES	1
SII U (ES), SEME (Vitória)	2
Coletânea estadual, municipal)	3
Funcionários ONGs, outras universidades, Sistema S	4
Revistas, periódicos, coletâneas	5
Outros (CECUN, MEPES, IESBEM, consultorias, etc)	6
<hr/>	
Método de Dados	
Alheia	0
Própria	1
Documental	2
Estatísticas estaduais	3
Estatísticas municipais	4
Estatísticas Federais	5
Documental e própria	6
Estatística e própria	7
Estatística em mais de um nível federativo	8
Outros (ONGs, Sistema S, MEPES, IESBEM, Jornais, etc)	9
<hr/>	

